

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS IMPERATRIZ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

SUZANA ROSSI PEREIRA CHAVES DE FREITAS

DO CAMPO À FÁBRICA:
um olhar acerca das metamorfoses do trabalho das mulheres do povoado São José da
Matança, Imperatriz-MA

Imperatriz-MA

2019

SUZANA ROSSI PEREIRA CHAVES DE FREITAS

DO CAMPO Á FÁBRICA:

um olhar acerca das metamorfoses do trabalho presenciada pelas mulheres do povoado São José da Matança, Imperatriz-MA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-Campus Imperatriz, para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Prof.º Dr. Alexandre Peixoto Nogueira

Imperatriz -MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Pereira Chaves de Freitas, Suzana Rossi.

DO CAMPO À FÁBRICA : Um olhar acerca das metamorfoses do
trabalho das mulheres do povoado São José da Matança, Imperatriz-
MA / Suzana Rossi Pereira Chaves de Freitas. - 2019.
56 p.

Orientador(a): Alexandre Peixoto Nogueira. Monografia
(Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2019.

1. Autonomia. 2. Mulheres. 3. Trabalho. I. Peixoto
Nogueira, Alexandre. II. Título.

SUZANA ROSSI PEREIRA CHAVES DE FREITAS

DO CAMPO Á FÁBRICA:

um olhar acerca das metamorfoses do trabalho presenciada pelas mulheres do povoado São José da Matança, Imperatriz-MA

Monografia apresentada em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira
(1º examinador – orientador – UFMA/CCSST/LCH)

Profº Me. Salvador Tavares de Moura
(2º examinador – UFMA/CCSST/LCH)

Profº Dr. Betânia Oliveira Barroso
(3º examinador – UFMA/CCSST/LCH)

Profº Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo
(4º examinador – UFT)

Imperatriz –MA

2019

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres trabalhadoras que enxergam no trabalho uma forma de alcançar liberdade e autonomia, em especial a minha mãe, Maria Pereira Chaves que durante toda sua vida lutou pela sua independência.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças e sanidade para concluir esse trabalho.

A minha família, em especial a minha mãe Maria Chaves, uma de tantas Marias que luta todos os dias para criar duas filhas sozinha, que nunca deixou as diversidades serem motivo para desistir de sorrir, que sempre esteve ao meu lado nos melhores e piores dias, que me deu colo e abrigo, que me incentivou a ir atrás de meus sonhos e compreendeu as mudanças físicas e mentais pelas quais passei no decorrer desses anos.

Aos meus colegas de turma e amigos pelos incentivos e companheirismo durante esses anos, especialmente ao meu amigo Marcos Lira, um irmão, que sempre esteve ao meu lado, que cuidou de mim, me deu ombro e alimento.

A meu amigo Pablo que sempre me incentivou e ajudou em momentos difíceis.

Aos meus professores que tentaram encucar o saber em minha mente e a vontade de ensinar.

Ao meu orientador Alexandre Peixoto, que apesar das grandes divergências durante o processo de pesquisa e escrita também foi a pessoa que percebeu em meu projeto um caminho a ser trilhado.

Aos funcionários da UFMA que no meu período de afastamento sempre cobravam meu retorno aos estudos.

A Cláudia, a única mulher mototaxista de Imperatriz que me fez ter um olhar diferente para as questões de gênero no mundo do trabalho.

Ao meu esposo Fausto Ricardo, que esteve ao meu lado e me incentivou a não desistir de minha pesquisa e sempre que podia tentava me dar uma luz.

A banca nas pessoas dos professores Salvador Tavares, Betânia Barroso e César Figueiredo pela disposição em ler e estar presente na conclusão dessa etapa acadêmica.

E por fim, mas não menos importante, as mulheres do povoado São José da Matança, Simone, Deusa. Paula, que possibilitaram a escrita desse trabalho, agradeço pela paciência em responder as minhas perguntas e por serem sempre receptivas nas visitas que muitas vezes eram inesperadas.

Sou mulher independente não aceito opressão.
Abaixa sua voz, abaixa sua mão
(MC Carol Conka)

RESUMO

Este trabalho tem como tema central as metamorfoses do mundo trabalho, particularmente a das mulheres do povoado São José da Matança, zona rural de Imperatriz. A pesquisa realiza uma análise da trajetória das mulheres que passaram a trabalhar na fábrica da Suzano papel e Celulose. Tem como objetivo geral identificar quais foram as principais mudanças sentidas por elas por meio da entrada no mercado de trabalho e por consequência, se passaram a ter mais autonomia em suas vidas. Para sua realização utilizamos trabalhos de Ricardo Antunes (2009), Helena Hirata (2007), Heleieth Saffioti (2013), Mirla Cisne (2014), Flávia Birole (2018) e outros pesquisadores que trazem à tona as questões de gênero dentro do mundo do trabalho. Esse trabalho é dividido em três partes, na primeira falamos sobre a “Estrada do Arroz e suas peculiaridades” como forma de reconhecer as mudanças sofridas naquele espaço; Na segunda trabalhamos com “As mulheres no mundo do trabalho” no qual trazemos a trajetória das mulheres e sua forma de inserção no trabalho considerado como reprodutivo; No terceiro, temos como foco “O povoado São José da Matança” no qual destrinchamos desde sua origem à forma como as mulheres atualmente estão vivendo e trabalhando no povoado. Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e exploratório com visitas de campo ao povoado, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas e conversas informais, trata-se, portanto, de uma pesquisa de viés qualitativo. Por meio desta foi possível perceber que a entrada no mercado de trabalho ao mesmo tempo que gerou uma autonomia financeira para essas mulheres também tem causado uma sobrecarga em seus afazeres, visto que, o trabalho doméstico encarado como reprodutivo não é dividido com seus parceiros. Notamos por meio disso a dupla ou tripla jornada de trabalho que afeta principalmente as mulheres devido a um sistema patriarcal e capitalista.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Autonomia.

ABSTRACT

This work has as its central theme the metamorphoses of the working world, particularly the women of the village of São José da Matança, rural Imperatriz. The research analyzes the trajectory of women who started working at Suzano Pulp and Paper mill. Its general objective is to identify what were the main changes they felt through their entry into the labor market and, consequently, became more autonomous in their lives. For its realization we use works by Ricardo Antunes (2009), Helena Hirata (2007), Heleieth Saffioti (2013), Mirla Cisne (2014), Flávia Birole (2018) and other researchers who bring up gender issues within the world. job. This work is divided into three parts, in the first one we talk about the “Rice Road and its peculiarities” as a way of recognizing the changes in that space; In the second we work with “Women in the world of work” in which we bring the trajectory of women and their insertion in the work considered as reproductive; In the third, we focus on “The village of São José da Matança” in which we have broken down from the very beginning to the way women are currently living and working in the village. As for the methodology, it is a bibliographic and exploratory research with field visits to the village, where semi-structured interviews and informal conversations were conducted, therefore, it is a qualitative research. Through this it was possible to realize that entering the job market at the same time that generated financial autonomy for these women has also caused an overload in their tasks, since the domestic work seen as reproductive is not divided with their partners. We thus note the double or triple workday that mainly affects women due to a patriarchal and capitalist system.

Keywords: Women; Job; Autonomy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01: Rodovia Padre Josimo (Estrada do Arroz), Imperatriz/MA.....	13
Figura 01: Croqui da localização do povoado São José da Matança.....	38
Figura 02: Placa da entrada do Povoado São José da Matança.....	38
Figura 03: Plantio de feijão na entrada do povoado.....	39
Figura 04: Horta encontrada na casa do senhor Viana.....	39
Figura 05: Senhor Alexandre, 85 anos, morador mais antigo do povoado.....	41
Figura 06: Faixada da Escola Santo Amaro.....	43
Figura 07: Placa de reforma e ampliação da Escola.....	43
Figura 08: Casas do povoado, em frente ao campo de futebol do povoado.....	45
Figura 9: Casa de dona Paula.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A ESTRADA DO ARROZ E SUAS PECULIARIDADES.....	16
2 AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO.....	23
2.1 O trabalho da mulher como processo de acumulação	27
2.2 A divisão sexual do trabalho.....	31
3 O POVOADO SÃO JOSÉ DA MATANÇA.....	39
3.1 As mulheres do povoado São José da Matança	44
3.2 O trabalho como processo de autonomia	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, podemos observar um número crescente de pesquisas¹, nas mais diferentes áreas, em que a questão das mulheres é central, como exemplos, podemos citar: Na história, M. Del Priore (2004), G.L. Louro (1997), Michele Perrot (1988), na filosofia Sueli Carneiro (2003), Angela Davis (1981), na saúde LB Schaiber (1999), Heloísa Hanada (2007), Eva Gertrudes Jonathan (2005), em letras, Larissa de Araújo Alves (2016) e na geografia, Ângela Maria Alves (2004) e Maria Franco Garcia (2004). No nosso caso, a centralidade da nossa pesquisa é a mulher, mas não qualquer mulher, e sim a mulher trabalhadora, a mulher do mundo do trabalho, a mulher do mundo rural.

Nosso primeiro contato com o recorte geográfico da pesquisa, a Estrada do Arroz, se deu no projeto de iniciação científica “Amazônia Maranhense, grandes projetos e populações tradicionais: um estudo sobre a Suzano Papel e Celulose no Sudoeste maranhense” sobre a orientação da professora Dr. Vanda Pantoja, realizado entre os anos de 2015/2016, que tinha como objeto as problemáticas sociais que estavam sendo causadas pela implantação da fábrica da Suzano Papel e Celulose (SPC).

Pesquisamos a história da Estrada do Arroz por meio do trabalho de Franklin (2005), em que mostra a grande importância que aquele espaço teve na economia da cidade de Imperatriz. Realizamos também pesquisa sobre os grandes empreendimentos que passaram e fazem parte da história da região e seus vestígios deixados para a população, até a chegada da SPC, nesse processo realizamos a leitura do Eia Rima produzido pela empresa em especial no que diz respeito as medidas compensatórias para a população circunvizinha.

No ano de 2017, sob orientação do professor Dr. Alexandre Peixoto e já com a idéia do projeto de monografia em desenvolvimento, aprovamos outro projeto que foi submetido ao edital Universal financiado pela FAPEMA, intitulado “As Relações de Gênero e suas Metamorfoses: Os impactos da reestruturação produtiva do campo desde a implantação da Suzano Papel e Celulose na Estrada do Arroz, Imperatriz.” A partir dele, as idas a campo passaram a ter o foco nas mulheres, trazendo à tona as questões de gênero para o trabalho.

Esta pesquisa monográfica tem como objetivo principal analisar como o trabalho

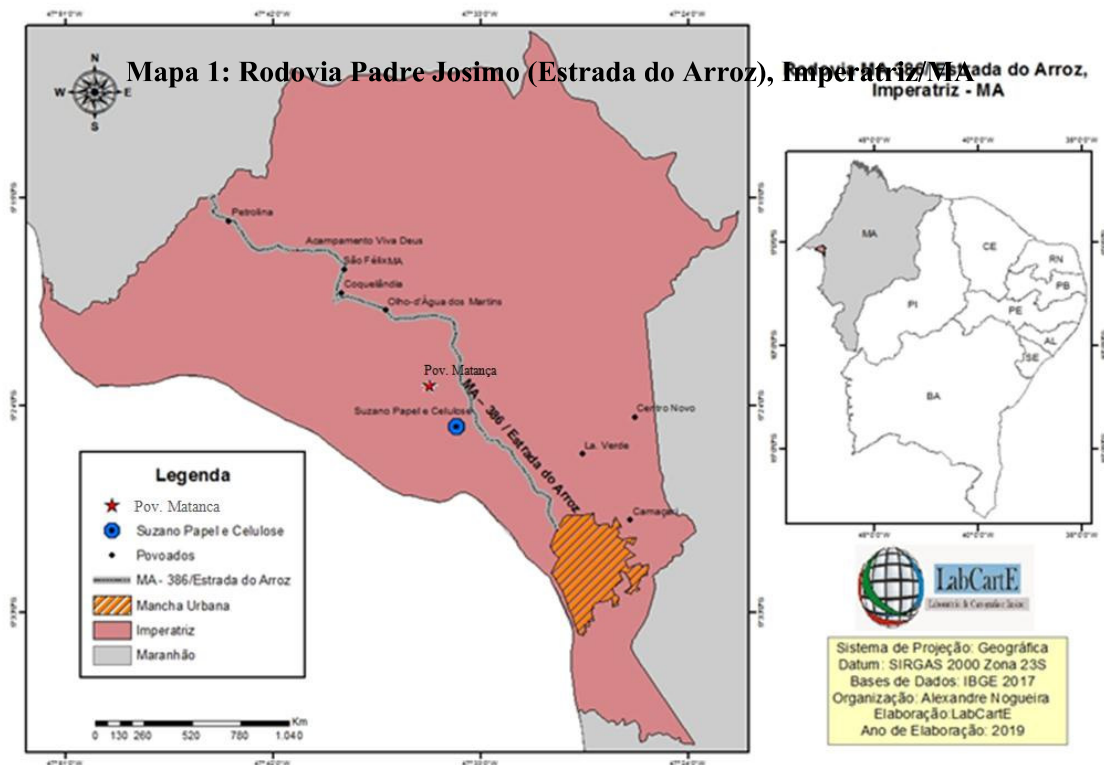
¹ História: M Del Priore (2004) História das mulheres no Brasil. G.L Louro (1997) Mulheres na sala de aula. Michelle Perrot (2017) Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros; Filosofia: Sueli Carneiro (2003) Mulheres em movimento. Angela Davis (1981) Mulheres, raça e classe; Saúde:LB Schraiber (1999) Violência contra mulheres: Interfacer com a saúde. Heloisa Hanada (2007) Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência. Eva Gertrudes Jonathan (2005) Mulheres empreendedoras: Medos, conquistas e qualidade de vida; Letras: Larissa de Araujo Alves (2016) Abordando questões de gênero por meio da literatura no ensino médio; Geografia: Ângela Maria Alves (2004) A presença da mulher na Reforma agrária.

das mulheres tem sido apropriado pelo capital e em contrapartida contribuído para a autonomia e qualidade de vida delas. Para isso nos guiamos a partir dos seguintes objetivos específicos: Compreender como as mulheres têm sido inseridas dentro da fábrica da Suzano; Entender quem são essas mulheres que foram empregadas na fábrica; Verificar quais foram às principais mudanças sentidas no que diz respeito ao âmbito social; Entender quais as expectativas dessas mulheres com relação à fábrica;

Nossa pesquisa foi realizada com base na metodologia qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, visitas a campo, nas quais realizamos entrevistas semiestruturadas com homens e mulheres, não apenas do povoado São José da Matança como de outros povoados vizinhos – Esperantina, Olho d'água, São Félix. As entrevistas e conversas tinham o objetivo de entender quem são os atuais moradores da Estrada do Arroz e como a chegada da Suzano na região tem modificado suas formas de trabalho e principalmente, como as mulheres sujeitas de pesquisa têm sido beneficiadas ou prejudicadas com todas essas modificações.

A estrada do arroz, nomeada de Rodovia Padre Josimo², percurso que vai de Imperatriz à Cidelândia na MA- 386, com extensão de quase 70 km, composta por 25 povoados (ver mapa 1), como o próprio nome sugere foi durante muitos anos principalmente da década de 1950 até metade dos anos de 1970 um caminho ocupado por plantações de arroz realizadas por imigrantes vindos de diversas regiões do nordeste, mas com destaque para os próprios maranhenses, piauienses e cearenses, que já eram acostumados a viver da agricultura.

²No dia 16 de julho de 2016, após sua pavimentação da rodovia ela foi nomeada de Padre Josimo pelo então Governador do Estado Flávio Dino. A obra realizou o sonho de muitos moradores facilitando o acesso não apenas a cidade de Imperatriz como aos outros povoados em seu percurso. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/estrada-do-arroz-e-entregue-apos-mais-de-40-anos-de-reivindicacoes>. Acesso em 25 de janeiro de 2017.



Fonte: Nogueira (2019)

Quando trata-se de uma luta contra as formas de opressão que as mulheres sofrem é muito fácil reduzir esses problemas ao sexo, nesse aspecto os homens sendo postos como os grandes vilões, no entanto, o que tentamos realizar por meio desse trabalho foi o contrário, não foi colocar os homens nesse papel, reconhecemos que eles são reprodutores do machismo e grandes beneficiários dele, porém, o que tentamos fazer foi trazer a história dessa opressão e apresentar o verdadeiro culpado, a quem deve-se todo esse processo de precarização e desvalorização dos trabalhos femininos. Assim, nossa pesquisa reflete acerca dos verdadeiros causadores dessas dicotomias e quando realizamos esse processo temos como raiz do problema o sistema capitalista.

Por meio dele, as mulheres passam a ter suas atividades desvalorizadas, suas tarefas vistas como de pouco ou nenhum valor, e assim, encontramos o pontapé para a estrutura na qual estamos inseridos: uma sociedade em que os trabalhos são divididos entre produtivos e reprodutivos; em que as atividades das mulheres, em especial as domésticas, são desqualificadas e ligadas a questões biológicas; e para além disso, temos a exploração do capital sobre elas por meio da dupla/tripla jornada de trabalho.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não faz com que elas se vejam livres das obrigações familiares, os cuidados com a casa e filhos permanecem sobre suas costas, não existe, portanto, uma divisão das tarefas, mas apenas um acúmulo e quem se

prejudica são as mulheres.

Durante nosso processo de construção tivemos como referência autores como Adalberto Franklin, com suas obras, “Breve história de Imperatriz” (2005) e “Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz” (2008), por tratar-se de um escritor local e por suas obras versarem sobre a formação da cidade de Imperatriz e o papel econômico que a Estrada do Arroz exerceu na região, a consulta a estas obras foi de suma importância. A história desse espaço reflete a própria história da cidade de Imperatriz por tratar-se de sua zona rural e as modificações que foi sofrendo e continua passando servem como forma de entender a própria região.

Devido utilizarmos da categoria trabalho em nossa pesquisa tornou-se necessária a presença de fontes com viés marxista, nesse sentido, empregamos a obra de Ricardo Antunes (2005), “Os sentidos do trabalho” em que ele nos traz uma abordagem acerca das relações produtivas, realizando uma nova forma de ver a sociedade de classes tendo como base Karl Marx. Ricardo Antunes (2005), realiza uma atualização do termo classe operária, trazendo para o contexto moderno “classe-que-vive-do-trabalho”, dessa forma ele consegue englobar diferentes formas de trabalho, visto que, na atualidade existem diversas formas de produção e a exploração do capital está presente em todas elas. Por nos utilizarmos da categoria de gênero, nos limitamos na sua obra em buscar compreender a sua visão sobre as mulheres no mercado de trabalho e como elas são exploradas pelo capital.

Além disso, torna-se necessária a utilização desse autor como fonte sobre o trabalho realizado pelas mulheres dentro das fábricas, locais em que existe uma exploração e desvalorização de seus trabalhos, em sua obra ele nos permite enxergar essas disparidades que podem ser trazidas para a realidade de nossas sujeitas de pesquisa – as mulheres do povoado São José da Matança – pois elas são funcionárias de uma fábrica, no caso a Suzano Papel e Celulose. Apesar de seus trabalhos na fábrica não serem no processo de produção, podemos perceber alguns nuances que apontam a desvalorização do trabalho feminino.

Também referenciamos o trabalho de Mirla Cisne (2004), que vai apontar a origem das desigualdades sexuais como tendo sua gênese na família e o papel que ela possui na reprodução social, por se tratar de uma instituição que garante de forma significativa a divisão sexual do trabalho, sendo um dos grandes propulsores para a heterogeneidade existente em nossa sociedade, principalmente no que se refere ao trabalho. A autora vai trazer as diferenças de horas de trabalho dedicadas para os cuidados domésticos pelos homens e pelas mulheres e realizar uma crítica ao capitalismo que se apropria do trabalho feminino nas duas esferas.

Recorremos ao trabalho de Andreia de Gama (2014), para um entendimento acerca da forma que os trabalhos são classificados - trabalho produtivo e o reprodutivo- e como essa forma de divisão tem prejudicado as mulheres. Por se tratar de uma pesquisa que envolve gênero e trabalho recorremos a Hirata e Kergoat (2007) para termos acesso a abordagem sobre a Divisão sexual do trabalho, consideramos tais autoras essenciais para conceber os problemas que tal divisão tem causado para as mulheres.

Ainda no contexto trabalho nos reportamos a Saffioti (2013), que mostra que a precarização do trabalho da mulher se deve “a apropriação dos meios de produção”, encontramos nessa autora outra chave para entendermos o processo pelo qual as mulheres vêm passando ao longo dos anos e o uso que o sistema capitalista tem feito dele, nos utilizamos também de outros autores e autoras que abordavam as temáticas de gênero e trabalho e que pudessem nos servir de suporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, dividimos a pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo, “**A Estrada do Arroz e suas peculiaridades**”, temos como objetivo trazer de forma sucinta as modificações pelas quais aquele espaço foi passando no decorrer dos anos e como isso tem afetado a vida dos moradores da região. Contamos de forma sintética os grandes momentos econômicos vivenciados pela sua população e como a chegada de grandes empreendimentos tem causado mudanças para seus moradores ao longo dos anos. Apesar de tratar-se de uma localidade em que as pessoas viviam e uma parte ainda vive da agricultura familiar mesmo que essa não seja em muitos casos a principal forma de renda, o termo *campesino* não é posto em questão, pois reconhecemos a grande dificuldade em utilizar essa categoria principalmente por nossos(as) sujeitos(as) de pesquisa estarem em constante mudança. Assim, nos referimos a elas como trabalhadoras, por consideramos que o termo acolhe todas as ramificações de trabalho que realizam.

No segundo capítulo, “**As mulheres no mundo do trabalho**”, trazemos a trajetória histórica das mulheres no trabalho, dividido por subtópicos que vão abordar “O trabalho produtivo e reprodutivo”, “O trabalho da mulher como processo de acumulação” e por fim “A divisão sexual de trabalho”. A intenção com esse capítulo é trazer a realidade das mulheres ao longo dos anos e mostrar como elas têm sido prejudicadas de forma maçante por meio do sistema capitalista e das relações sociais que são também de gênero e classe, que ao mesmo tempo que se apropria de seus trabalhos os coloca como sendo de pouco valor.

E no terceiro capítulo, “**O povoado São José da Matança**”, encontraremos um maior direcionamento a nossas sujeitas de pesquisa, esse capítulo é dividido em subtópicos que possui a finalidade de contar a história da formação do povoado São José da Matança,

falar sobre o trabalho dessas mulheres na fábrica da Suzano e por fim trazer a questão da autonomia obtida por meio do trabalho.

1 A ESTRADA DO ARROZ E SUAS PECULIARIDADES

“A primeira coisa que nos diz uma obra de arte é que o mundo da liberdade é possível, e isso nos dá força para lutar contra o mundo da opressão.”

Graciliano Ramos

A busca pela liberdade, e essa sendo concretizada e materializada pela obtenção de terras e com isso de um lar e trabalho tem sido o grande impulsionador de muitos migrantes, como diz o poeta “... o mundo da liberdade é possível”, mas para isso é necessário “lutar contra o mundo da opressão”.

A história da Estrada do Arroz pode ser contada por diferentes teorias e processos, contudo, com o desenvolvimento da pesquisa consideramos que a melhor forma de se entender a processualidade que se deu na configuração desse espaço é por meio de duas frentes, nas quais temos a frente pioneira e a frente de expansão. Nos utilizamos de Martins (1996), para a compreensão desses termos. A frente pioneira é composta pelos imigrantes oriundos de outras regiões não apenas do Maranhão como de outros estados, e a frente de expansão refere-se a chegada dos grandes empreendimentos a região. Comungamos aqui da afirmação de Nogueira (2019) de que essas duas frentes são “movimentos distintos e conflituoso, mas, combinados de um mesmo processo de ocupação territorial” (p.03)

Para compreendermos acerca das mudanças e permanências da Estrada do Arroz, é necessário voltarmos alguns anos, mais precisamente em 1950³, momento em que temos início a frente pioneira, portanto, quando a cidade de Imperatriz começa a receber uma leva de migrantes. Nesse período, a cidade recebeu migrantes de diversas cidades do Maranhão e de outros estados como Piauí e Ceará.

A chegada dessas pessoas foi causada pela vasta quantidade de terras⁴ ditas como sem dono na região e pela busca por melhoria de vida. Ao chegarem na cidade passaram a

³ Segundo o IBGE, no ano de 1950, Imperatriz tinha uma população de apenas 5015 habitantes, da qual 3863 destes moravam na zona rural.

⁴ A região onde se localiza atualmente a Imperatriz (MA) era ocupada, desde o século XVIII, por vários grupos indígenas, generalizadamente chamados de Timbira.

Foi este grupo que o carmelita Manoel Procópio levou (em 1848) para a colônia Militar de Santa Tereza, da qual se originou a cidade de Imperatriz. A povoação de Santa Tereza tinha como vizinhas diversas aldeias indígenas, algumas delas a menos de meia légua, segundo uma historiadora local (Barros, 1996:27). Em 1859 este grupo foi visitado por Vicente Ferreira Gomes. Sua aldeia situava-se, segundo ele, próximo a Imperatriz, com população estimada em 50 a 60 pessoas. Uma lista da população indígena da região, Levantamento feito em 1861 por Cezar Augusto Marques, registrava a presença de índios Pivócas, em contato e arredios, nas cabeceiras do rio Pindaré. Registrou ainda índios Pivócamecras, em contato e arredios, em aldeias próximas ao rio Tocantins; também registrou índios Gregês, em contato e arredios, entre o rio Capim e Santa Tereza. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/portfolios/view/259>

morar nas partes mais afastadas, com grande quantidade de terras férteis e começaram a realizar os trabalhos dos quais já eram acostumados, ou seja, o cuidado com a terra, passaram, portanto, a realizar plantações e viver da agricultura. Os migrantes começaram assim a realizar juntamente com suas famílias o cultivo do arroz, grão que deu grande destaque a cidade de Imperatriz a nível nacional devido sua grande produção. Sobre esse processo, Franklin (2008, p. 127) declara que os “nordestinos” foram ocupando o espaço, afugentando índios, “amansando” a terra e plantando o arroz, feijão, milho, mandioca, favas e outros gêneros de seu consumo e fácil comércio.

Segundo Nogueira (2019), essas atividades não respondiam o objetivo de obtenção de taxas de lucro extraordinárias para a acumulação, de modo que o Estado assumiu o papel de impor e consolidar o modelo de desenvolvimento e ordenamento das relações sociais permitidos. Dessa maneira, se leva a cabo a frente pioneira, impondo as políticas econômicas que, desde escalas maiores, dita a ordem hegemônica do capitalismo que “destrói todos os outros modos de produção, forçando a subordinação a sua própria lógica” (SMITH, 1988 p. 88).

É importante salientar que mesmo após os anos de 1950, Imperatriz ainda se manteve como palco para os migrantes, o que pode ser percebido por meio de conversas cotidianas, em que grande parte da população da cidade não possui sua matriz nela, mas a acolheu como lar, assim como fizeram os migrantes anteriormente.

Com relação a frente de expansão, ela teve início ainda nos anos de 1953 com o então prefeito Simplício Moreira, que realizou com a ajuda de investimentos a abertura da estrada para Grajaú. Segundo Franklin (2008):

A abertura da estrada para Grajaú atraía para Imperatriz uma leva de migrantes maranhenses, piauienses e cearenses, estes últimos nordestinos acostumados às agruras da seca e da terra infértil, acossados pela fome e tangidos das “terras de dono” dispostos a mudar o curso da vida numa região de matas densas e águas perenes. (p. 127).

Como já mencionado, a Estrada do Arroz recebeu destaque devido o cultivo do arroz, um dos fatores que colaborou para isso foi a criação da rodovia Belém-Brasília, com sua abertura o arroz podia ser exportado para outras regiões e estados o que causou seu grande destaque no país.

Tendo em vista a memória local, a Estrada do Arroz é o lócus que corresponde ao chamado “O ciclo do arroz” (1956-1975 aproximadamente), sendo assim conhecer sobre a Estrada do Arroz implica aprender acerca da cidade de Imperatriz e seu desenvolvimento

econômico. No entanto, vale salientar, que a ideia de ciclo é algo questionável por se tratar de algo que possui começo e fim. Entender os grandes momentos econômicos como ciclos implica na ideia de que eles deixaram de existir, além disso, ao usarmos esse termo acabamos apagando a história das outras formas econômicas que existiam no mesmo período.

A não permanência dessa produção se deve principalmente à falta de conhecimento por parte dos migrantes que eram analfabetos e por conta disso foram enganados com facilidade por fazendeiros interessados no grande espaço de terra que ali estava sendo utilizado para o plantio de arroz e de outros alimentos não apenas para a subsistência, mas para o comércio. Assim, a grilagem surge como uma das formas de obtenção das terras por parte dos grandes fazendeiros.

A disputa pela terra com fazendeiros, no entanto afastou os lavradores dos campos plantados, que levavam desvantagem nesse embate e muitas vezes, eram retirados por força de documentos falsos apresentados por pretensos proprietários, os chamados “grilos” e “grileiros”. Então, os campos de arroz deram lugar ao pasto e aos cascos de boi. (FRANKLIN, 2005, p. 90).

Dessa forma o arroz vai perdendo seu lugar de destaque em produção na Estrada do Arroz. De acordo com Franklin (2008, p. 136) “a partir de 1975, porém, a produção de arroz começa a retomar o crescimento, dividindo com a mandioca a condição de primeiros produtos agrícolas do município, em safras crescentes a cada ano.”

Com relação a frente de expansão podemos citar a presença da rodovia Belém-Brasília como sendo uma das grandes obras que causou impulso para a região, por meio dela a cidade de Imperatriz passou a ter uma maior visibilidade e com seu acesso facilitado diversas empresas passaram então a realizar obras na região.

A partir da segunda metade da década de 60, o município de Imperatriz foi impactado por diversos programas e projetos de grande vulto econômico, incentivados ou financiados pelos governos federal e estadual. A maioria, em função do Programa Grande Carajás, conjunto de empreendimentos que objetivam explorar os recursos naturais da Amazônia Oriental ou da Pré-Amazônia maranhense e do sul do Pará, principalmente os de extrativismo mineral e vegetal e as potencialidades energéticas. (FRANKLIN, 2008, p. 179).

A partir desse momento a região passa a ser palco de diversos empreendimentos, o primeiro a ser realizado com recursos próprios, segundo Franklin (2008), foi o de exploração das reservas florestais do município, através da Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia (CIDA). Por meio do conhecimento adquirido acerca das potencialidades minerais da região, temos a gestão do Projeto Grande Carajás ainda no final da década de 1970.

Além desses, ainda vale ressaltar a presença dos projetos da Ferrovia Norte-Sul. Segundo Franklin (2008):

Concretizando a secular aspiração de interligar o Planalto Central à Amazônia por via férrea, como tentara o plano de Paulo de Frontin com a Pirapora-Belém, ou como, bem antes, buscara Couto de Magalhães, por via fluvial, a Ferrovia Norte- Sul foi idealizada como reprise da iniciativa de Juscelino Kubistschek, ao construir a Rodovia Belém-Brasília, obedecendo inclusive ao mesmo trajeto, embora sob o ideário do Programa Grande Carajás. (p. 188).

A construção da ferrovia foi iniciada no ano de 1988, o término da obra levou anos, visto que, a cada empresa que conseguia sua licitação realizava a ampliação do seu trajeto. Apesar de atualmente a maior parte do trajeto ter sido concluído a parte operacional da ferrovia corresponde apenas ao trecho entre Açailândia (MA) e Porto Nacional (TO).

O penúltimo grande projeto a atingir a região ainda ligado ao Projeto Grande Carajás (PGC), foi o CELMAR, “O Projeto Celmar previa investimento de mais de um bilhão de dólares, a ser realizado entre 1992 e 1999, em florestação de eucalipto, implantação de uma indústria de pasta de celulose e infra estrutura” (FRANKLIN, 2008, p. 191).

Sobre o projeto CELMAR, Nogueira (2019) pondera que:

Apesar de que o projeto CELMAR é o grande marco no desenvolvimento do cultivo de eucalipto na região tocantina maranhense, a história da inserção desse tipo de espécie já se realizava no estado desde o início da década de 1980. Segundo Paula Andrade (2012), a Suzano Papel e Celulose iniciou, em 1980, o processo de compra de terras e o plantio de eucalipto em oito municípios da região leste maranhense. Já no que se refere a esse tipo de plantio na região oeste maranhense -em especial na Região Tocantina- datamos o ano de 1980 nos cultivos realizados na fazenda experimental da CVRD5, em Açailândia e Imperatriz. O projeto inicial da CELMAR seria a instalação de uma planta industrial em Imperatriz, a partir de 1996, para produção de celulose, que teria a capacidade de produzir 420 mil toneladas ao ano e uma área de plantio de 180 mil hectares. A área de interesse da empresa vai do município de Estreito/MA, estendendo-se até o Itinga, no Pará, e acompanha o Rio Tocantins até o município de São Pedro da Água Branca, extremo oeste maranhense. (p.8).

Tendo em vista que, o último grande projeto a chegar na região também tenha relação com o eucalipto é possível notarmos a partir disso, que os benefícios para a sua implantação na região já estavam sendo previstos desde a década de 1980, visto que, possuíam interesse nas grandes áreas disponíveis e nos espaços de terra que já estavam plantados com eucalipto.

A partir do início da segunda década dos anos dois mil, chega à Imperatriz a fábrica Suzano Papel e Celulose S.A., tendo sua construção em 2013, na Estrada do Arroz.

⁵ Companhia Vale do Rio Doce

Mesmo esta já se fazendo presente em terras maranhenses desde os anos 1980, mas precisamente na região do município de Urbano Santo, mas com fins de pesquisas (NOGUEIRA, 2019). Ainda segundo o autor:

A fábrica em Imperatriz faz parte do plano de expansão da empresa anunciado em 2008. Segundo o plano apresentado, a escolha da cidade se deve à vários motivos, como, por exemplo, os baixos preços das terras disponíveis, a já existência de plantios de eucalipto, do projeto CELMAR, o que garantia o abastecimento inicial da fábrica e a logística oriunda do PGC com acesso via Ferrovia Norte-Sul ao Porto de Itaqui, em São Luís. No entanto, antes mesmo do anúncio, em 2008, a Suzano, já na década de 1990, compra terras com plantio de eucalipto da CELMAR que, até a implantação da sua planta industrial, serviu para produção de carvão vegetal para abastecer as siderúrgicas em Açailândia. (p.10).

Assim, percebemos que a região de Imperatriz, em especial da Estrada do Arroz por ter sido o espaço disputado de muitos desses empreendimentos passou e ainda vem passando por grandes processos de modificação.

Atualmente, a Estrada do Arroz é composta em sua maior parte por povoados onde a maioria de seus moradores (isso levando em consideração pessoas de aproximadamente 30-35 anos) nunca trabalharam na roça, em que suas famílias sobrevivem de maneiras aleatórias, os chamados bicos. São pessoas que até podem plantar algo, mas nada em grande quantidade até mesmo devido à ausência de terras que foram ao decorrer dos anos sendo compradas por empresas. Assim, ao chegarmos na Estrada do Arroz e realizarmos visitas pelos povoados somos instigados a nos questionar: Como o modo de produção tem afetado a vida dos moradores?

No dia 14 de agosto de 2018 iniciamos nossas visitas a campo, começamos as visitas pelos povoados Esperantina I e II por serem os mais próximos a fábrica da Suzano. Nos locais tivemos uma conversa com a senhora Eunice, moradora do povoado Esperantina II desde 1990. Por ser uma moradora antiga da região, a dona Eunice nos serviu como fonte temporal das mudanças e permanências desses últimos quase 30 anos, e em especial o antes e depois da implantação da fábrica.

Segundo seu relato a principal melhoria apontada é o asfalto que reduziu a poeira e a lama, no entanto, devido ao aumento do fluxo de veículos passou a ter muitas mortes de animais domésticos como as galinhas e cachorros que vivem de forma livre pelo local. Quando o assunto é trabalho, dona Eunice⁶ nos conta que devido ao grande número de pessoas terem vendido suas terras para a Suzano, atualmente poucas estão trabalhando com agricultura na região, a grande parte tem se deslocado para Imperatriz ou outras regiões em

⁶Dona Eunice, entrevistada em 20 de agosto de 2018.

busca de moradia e emprego.

A presença da fábrica, especialmente com ênfase ao trabalho, pode ser dividida em dois momentos. 1º) Período de construção: nesse período que vai de 2011 à 2013, foi relatado não apenas pela dona Eunice mas por outros entrevistados que foi o momento em que a fábrica mais ofereceu empregos aos moradores. Segundo Ana, uma moradora do povoado Esperantina II nesse período “eles vinham nas casas das pessoas chamando elas para trabalhar”⁷. Havia, portanto, um grande número de pessoas da região trabalhando na fábrica, no entanto, esses trabalhos eram temporários. 2º) Período após a construção: depois da construção da fábrica, acabando os serviços mais pesados e que não exigiam tanta qualificação, os moradores da região se viram desempregados⁸.

Dessa forma, os moradores da região se veem sem terras e sem emprego, necessitando buscar outros meios de sobrevivência. Essa realidade, no entanto, não tem início com a vinda da SPC, porém sua presença intensifica esse problema. Atualmente o espaço concentra em sua maior parte casas onde as pessoas nada cultivam, ou se cultivam algo é de forma esporádica como o caso de Alexandre⁹, um morador do povoado São Felix que nos serve de grande exemplo das modificações da forma de trabalho daqueles povoados.

Alexandre tem cerca de 35 anos de idade, e já trabalhou de diversas formas, desde funcionário de fazendas até com construção civil, ele representa o trabalhador de hoje, aquele que faz de tudo um pouco em busca do sustento da família. Representa o que Silva (1997), nos mostra sobre a realidade do Novo Rural. Alexandre faz parte do grupo de pessoas que realizam os *parttime*, os serviços temporários, o verdadeiro faz tudo. Atualmente é funcionário de uma empresa terceirizada da Suzano, na qual trabalha com serviços gerais, já passou por diferentes empresas dentro da fábrica, estando contratado desde que a fábrica começou a funcionar. Segundo seu relato, a presença da fábrica o ajudou muito, pois antes tinha até que sair de sua cidade indo para estados vizinhos em busca de oportunidade de trabalho. Com a implantação da fábrica, sua vida passou por melhorias, conseguiu construir sua casa e hoje se sente uma pessoa feliz com o serviço.

Ainda segundo o mesmo, a agricultura familiar, já não está presente na Estrada do Arroz a mais de 20 anos, ele mesmo aponta que nunca trabalhou com roçado, não com o seu próprio, no máximo trabalhou em terras de fazendeiros. A ideia, portanto de que na Estrada do Arroz prevalece ainda hoje o campesinato necessita de uma desconstrução.

⁷Ana, entrevistada em 20 de agosto de 2018.

⁸ Devido limitações da pesquisa não obtivemos o número exato de moradores da Estrada do Arroz que estavam trabalhando na fábrica durante seu período de construção.

⁹Alexandre, entrevistado dia 15 de setembro de 2018.

Durante uma das visitas as comunidades da Estrada do Arroz, foi possível observar a presença de uma caminhonete que vendia frutas e verduras, como banana, tomate, alface etc, itens que já não são mais produzidos pelos próprios moradores. Pode parecer algo simples, mas traz um grande significado: se a Estrada do Arroz ainda fosse um local de agricultura familiar não seria necessária a presença de vendedores desse tipo de alimento, no máximo outros produtos que não pudessem ser produzidos em seus próprios terrenos.

Desse modo, notamos que a Estrada do Arroz, em especial os povoados a sua margem, passaram e continuam passando por diversas modificações no seu modo de produção e que a chegada da fábrica contribuiu para parte dessas mudanças, seja de forma positiva para os que estão trabalhando nela ou de forma negativa para os que estão sofrendo com as modificações ambientais causadas por ela. No entanto, nosso foco neste trabalho limita-se as questões sociais, o mundo do trabalho e as mulheres.

A escolha do povoado São José da Matança deve-se ao fato de ser o local em que existe uma maior concentração de mulheres trabalhando na fábrica, mas algo que deve ser mencionado acerca desse local é que ao contrário dos outros já citados, ele não fica na beira da estrada, o que faz com que a presença da agricultura familiar ainda possa ser vista em maior escala em relação aos demais, com isso, nos questionamos sobre as mudanças que a presença da SPC tem causado na vida dessas mulheres, visto que elas cresceram em meio aos cuidados com a terra mesmo que de forma indireta como poderá ser observado em suas entrevistas.

2 AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

*Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar
O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair*

(Pitty, Desconstruindo Amélia)

Antes de tudo, é preciso termos em mente a forma que as mulheres foram sendo envolvidas no decorrer dos anos e o quanto que tais formas de tratamento têm modificado suas expectativas acerca do mundo do trabalho. Temos por meio da família o primeiro passo para a privação da mulher, em que ela passa não apenas a ser vista como pertencente a seu marido como colocada como parte do lar, tendo assim a construção do entendimento social de que as mulheres são as responsáveis pelos cuidados domésticos. Para Cisne (2014):

A família, portanto, é uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres. Por isso, começemos por entender o significado histórico e etimológico da família. De acordo com Danda Prado (1985, p. 51), o termo família encontra sua origem no latim *famulus*, que significa “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor”. (p. 81).

Por meio dessa definição podemos encontrar as mulheres como sendo postas na posição de servas de seus maridos, em que são consideradas, portanto, suas dependentes. Assim, encontramos na família a primeira origem da desvalorização das mulheres e de seus trabalhos. Por isso a propriedade privada é apontada como sendo um mecanismo usado para a desigualdade entre os sexos como seu reprodutor, assim:

[...] os indivíduos começaram a se apropriar do excedente criado pelo trabalho coletivo da comunidade, conservando-o como propriedade pessoal ou privada. Conforme começou o desenvolvimento da propriedade privada, teria que criar-se um mecanismo ou instituição que regularia e manteria a distribuição desigual e as necessidades de vida. (WATERS, 1979, p. 84-85, apud CISNE, 2014, p. 82).

Desta forma o “surgimento da família ocorreu com a destruição das tradições igualitárias e das estruturas da sociedade pré-classista.” (CISNE, 2014, p. 81). Além disso, temos nos problemas enfrentados pelas mulheres dentro do mundo do trabalho o antagonismo de classes, como vem sendo apontado por Engels: “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a

mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (1979, p.22). É necessário, no entanto, destacar que apenas essa classificação não é suficiente para a compreensão sobre a opressão feminina, outros fatores estão envolvidos como vem sendo exposto por Biroli (2018), as questões de desigualdade permeiam a raça e a classe assim como o sexo, especialmente no Maranhão.

Tratando-se da classe, Cisne (2014) destaca a grande importância de reconhecermos que a classe operaria possui dois sexos e que o sexo feminino é o mais afetado quando estamos falando de precarização e desvalorização do trabalho. Colocam nos ombros das mulheres diversas responsabilidades que não são postas sobre os homens. Podemos citar como exemplo atividades como: cozinhar, limpar, lavar e etc., que são trabalhos que demandam muito tempo e que são sempre atribuídas como obrigações femininas.

Apesar de reconhecermos que a família é insuficiente para explicar a reprodução social, ela ainda nos parece indispensável. Ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para a divisão sexual do trabalho e, por extensão, da reprodução social. (CISNE, 2014, p, 84).

É dentro das famílias que os papéis sociais de homem e mulher acabam sendo definidos, em um lar em que o casal possui filhos o modo de divisão das tarefas domésticas entre os conjuges será observado pelos filhos e na maioria das vezes imitado, pois os filhos reconhecem em suas figuras paternas os exemplos a serem seguidos. Somente com a quebra dos modelos patriarcais será possível o fim dessa disparidade.

Em um lar composto por um casal de homem e mulher, vemos a importância do papel da mulher na família. Se por um lado as obrigações com os cuidados domésticos caem sobre ela, assim como o cuidado com os filhos, por outro o homem encontra-se em uma posição mais favorável. Por mais que estejamos falando de casais de diferentes classes trabalhadora ou de diferentes territórios, algo que se repete é a responsabilidade com os cuidados domésticos sendo posta sobre as mulheres. Um homem não recebe as mesmas cobranças que uma mulher acerca dos cuidados com seus filhos. Se o filho do casal fica doente a mãe é a pessoa que acaba tendo que faltar ao trabalho para poder cuidar da criança e caso ela não faça isso é julgada como uma mãe displicente, por outro lado, o pai (homem) não sofre tal cobrança da sociedade.

Essas questões são importantes pois elas colaboram para que o acesso das mulheres ao mundo do trabalho seja mais difícil. Mulheres engravidam, precisam tirar licença maternidade, faltam ao trabalho não apenas quando elas mesmas estão doentes, mas quando

seus filhos ou parentes próximos necessitam de cuidados. Assim, as mulheres passam a ser encaradas como ruins aos negócios, contratar mulheres torna-se sinônimo de prejuízo, perda de dinheiro, de horas de trabalho. Tudo isso, coloca as mulheres em uma situação de inferioridade aos homens, precisando se sobressair para conseguir um lugar no mercado de trabalho.

A discussão acerca das mulheres no mundo do trabalho é de suma relevância pois:

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição de classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. (CISNE, 2014, p. 26).

Assim, quando realizamos essa discussão precisamos ter em mente que o grande problema não está no sexo masculino, ou seja, nos homens que recebem diversos benefícios devido a sua genitália, mas sim, no sistema capitalista que procura de todas as maneiras possíveis explorar a classe de trabalhadores e no qual as mulheres acabam sendo as grandes prejudicadas.

Outro ponto que deve ser salientado é o dos cuidados domésticos, embora alguns homens colaborem com essas atividades, o tempo dedicado por eles em comparação as mulheres é muito diferente. Segundo Cisne (2014):

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2011, foi comprovada uma mínima alteração na participação masculina nos afazeres domésticos. Segundo o resultado da pesquisa, os homens ocupados dedicavam dez horas semanais com os afazeres domésticos em 2001. Em 2011, esse dado aumentou apenas oito minutos, ou seja, dez horas e oito minutos é o tempo que um homem empregado no Brasil dedica às atividades domésticas, enquanto as mulheres ocupadas destinavam vinte e quatro horas e quatro minutos no início da década passada. Em 2011, a atividade consumia vinte e duas horas e treze minutos. Esses dados revelam, portanto, que embora o avanço das forças produtivas tenha diminuído o trabalho doméstico feminino, ainda estamos longe de vê-lo eliminado. (p. 84).

É importante ressaltar que quando a Cisne (2014) fala sobre o ‘avanço das forças produtivas terem diminuído o trabalho doméstico feminino’, está referindo-se a classe média, pois como podemos observar em nossas entrevistas as trabalhadoras do povoado São José da Matança realizam as atividades de forma dual. Todas elas relataram serem as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos, sendo seus esposos e filhos homens os que menos realizavam essas atividades, limitando-se basicamente as atividades produtivas. Deste modo, as atividades domésticas eram realizadas por elas e em alguns casos com a ajuda das filhas.

Segundo Cisne (2014, p.91), existe uma categorização social do sexo, no qual desde cedo as crianças são criadas e portanto incentivadas a atividades diferentes de acordo com seu sexo, isso sendo estimulado por algumas instituições, em especial a família, a igreja e a escola. Assim, as meninas são incentivadas a “lavar, cozinhar, passar ...” todos os cuidados da casa, além de serem submissas a seus maridos. Enquanto isso, os homens são criados para serem “fortes, valentes, decididos e provedores.” Essa forma de criação na qual o sexo determina a forma que meninos e meninas devem ser criados realiza um trabalho de manutenção do patriarcado.

Para uma compreensão acerca do mundo do trabalho, em especial em uma sociedade brasileira, maranhense, capitalista, patriarcal e machista é necessário que tenhamos um maior entendimento sobre as duas formas de atividades que podem ser exercidas, são elas: as atividades produtivas e as atividades reprodutivas.

São consideradas atividades produtivas todas aquelas que podem ser transformadas em mercadorias, são as atividades realizadas dentro da fábrica de carro, na fábrica de sapatos, ou até mesmo aquelas que intermédia algo que possa gerar lucro, todas as atividades que geram valor de troca. As atividades reprodutivas são as atividades que não são transformadas em mercadorias, não geram valor de troca, não são vistas como de suma importância para o capital, porém, são necessárias para sua manutenção, são serviços como de secretariado, cuidadores (crianças e idosos), trabalhos domésticos, serviços de limpeza e etc. Essas atividades levam em consideração a existência ou ausência de experiência por parte dos trabalhadores e ignoram a questão do tempo gasto com elas, fazendo assim, com que os mesmo acabem realizando uma jornada dupla/tripla de trabalho.

A compreensão dessas diferenças é importante pois dentro dessa forma de divisão as mulheres são as principais afetadas com suas atividades desvalorizadas. Assim para muitos a presença das mulheres dentro do mundo do trabalho é algo que merece ser comemorado, porém, quando paramos para observar as formas de trabalho que estão sendo exercidas por elas notamos que ainda é preciso avançar muito para se chegar a uma igualdade.

Essas diferenças entre trabalho produtivo e reprodutivo surge por meio do capitalismo, em que todas as atividades para serem valorizadas necessitam possuir um valor de troca, isso pode ser notado na fala de Gama (2014), segundo ela:

Numerosos estudos antropológicos mostram que a designação prioritária dos homens para a produção e das mulheres para a reprodução não data do capitalismo. Essa diferença dos sexos na produção traduz uma divisão sexual que estrutura as relações entre os sexos sobre uma base tanto política quanto econômica. No entanto, diferença não significa necessariamente desigualdade. Antes do capitalismo, a

família tinha papel fundamental na organização da produção e da reprodução e homens e mulheres participavam de ambas as esferas. Desta ótica, a valorização diferencial e a crescente feminização da esfera da reprodução tomam uma nova dimensão a partir da organização do trabalho remunerado nos moldes capitalistas. (p. 39).

Percebemos assim, que é por meio do sistema capitalista que os trabalhos domésticos passam a ser desvalorizados e como consequência o trabalho feminino, visto que, são as mulheres que exercem em sua maioria tais funções em uma casa, gerando mais tempo de trabalho.

Vale lembrar que muitas mulheres ao saírem da esfera privada acabam entrando na esfera pública com a realização dos mesmos trabalhos encarados como reprodutivos. Nesta forma de trabalho o que acontece é um deslocamento do trabalho doméstico, em que ele deixa de ser feito no próprio lar e passa a ser realizado em outros lares (esfera pública). Somente por meio desse deslocamento de serviços que o trabalho do lar (esfera privada) passa a ser considerado como produtivo, por estar gerando um valor de troca, pois,

[...] na medida em que se amplia a mercantilização da sociedade, uma parte crescente do trabalho doméstico se converte em trabalho remunerado. Há uma transferência da esfera doméstica para o mercado de uma parte das tarefas reprodutivas, como os serviços de cuidado infantil, lavanderias, restaurantes etc., que perfazem o setor de serviços na economia. (GAMA, 2014, p. 45).

A partir desse momento esses trabalhos passam a ser encarados como produtivos, e considerados como importantes para o setor econômico. Como exemplos temos os serviços de limpeza, alimentação que geram lucro de diferentes formas.

2.1 O trabalho da mulher como processo de acumulação

*Não me leve a mal
Mas você não me tem
Eu não sou um chapéu
No armário de alguém
Não valho um real
Também não valho cem
Eu sou problema meu*

Clarice Falcão, Eu sou problema meu

Anteriormente falamos sobre a família como sendo a principal instituição reprodutora da exploração do trabalho feminino, e é exatamente dentro da família que as mulheres exercem os trabalhos não remunerados, por isso, Biroli (2018), declara que:

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é assim um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. São elas apenas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e essa gratuidade se define numa relação: o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo. (p. 28).

É por meio do casamento que os homens conseguem que as mulheres se tornem seu grande apoio para a realização de suas atividades vistas como produtivas, enquanto elas passam a ser duplamente exploradas pelo capital levando em consideração que exerçam atividades também fora do lar. Para Biroli (2018):

Os efeitos dessa forma de exploração não permanecem, no entanto, nos limites da casa. As “obrigações familiares” restringem e moldam as ocupações fora de casa, ao mesmo tempo que se tornam um pretexto para ampliar a exploração capitalista do trabalho remunerado das mulheres. (p. 29).

Por esses motivos que o aumento do trabalho feminino, está entrelaçado com problemas que ainda não foram superados por mais que venham lutando para que essas conquistas sejam alcançadas. Dessa forma, encontramos a inserção das mulheres no mercado de trabalho emaranhada a uma precarização, como vem sendo exposto por Antunes (2009):

[...] a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo no trabalho mais precarizado, nos trabalhos em regime part time, marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas. (p. 108).

Com relação a isso, no trabalho das mulheres entrevistas do povoado São José da Matança as funções exercidas pela equipe de serviços gerais são as mesmas, tanto as mulheres, quanto os homens realizam as mesmas atividades dentro da fábrica, o que vai diferenciar como foi colocado por Simone¹⁰, a chefe da equipe, é que alguns serviços vistos como mais pesados, que necessitam do uso de força são colocados para os homens, porém isso é algo bem mais esporádico. Deve-se salientar, entretanto, que estamos nos referindo a somente uma equipe de trabalho, a qual pertence aos serviços gerais, em uma fábrica existem diversas funções - administrativa, produção, vendas, logística, limpeza e etc. - e muitas delas são exercidas somente por homens, como pode ser notado na visita¹¹ realizada na fábrica. Para

¹⁰ Simone, entrevistada no dia 20 de setembro de 2018.

¹¹Na visita pode ser observada a ausência de mulheres nos cargos superiores, notamos, por exemplo, que no setor de comando só haviam homens, a presença das mulheres só foi notada em funções mais baixas, ou seja, com menor remuneração e cargos de menor responsabilidade. (Visita realizada na fábrica da Suzano no dia 14 de outubro de 2018, com a turma de Fundamentos de climatologia e hidrografia do curso de licenciatura em ciências humanas/sociologia com a orientação da professora Dr. Vanda Pantoja e a colaboração do professor Dr. Alexandre Peixoto.)

Cisne (2014),

A importância em se perceber a relação da divisão sexual do trabalho no espaço da casa e da fábrica está em compreender que essa divisão é determinada por um único sistema que integra esses universos de forma a se apropriar das “qualidades” ditas femininas, para ampliação dos lucros na fábrica. (p. 90).

Essa forma de divisão não é algo que nos causa estranhamento, pois em diversos setores as mulheres são colocadas para realizar atividades que são encaradas como mais delicadas, isso levando em consideração estereótipos que determinam que tal qualidade, a delicadeza, é característica feminina e considerada importante ao mesmo tempo em que acontece a desvalorização de tais trabalhos. Para Cisne (2014):

A apropriação dessas “qualidades” tidas como femininas desconsidera o treinamento informal das mulheres, atribuindo tais “qualidades” a uma suposta “natureza feminina”. Isso permite que as atividades realizadas pelas mulheres não sejam percebidas, tampouco, valorizadas como um trabalho especializado, o que serve de justificativa para os baixos salários. (p. 91).

Essa desvalorização acontece principalmente em atividades em que se torna necessário lidar com pessoas ou exige maior cuidado e atenção, assim, encontramos mulheres na esfera pública que realizam atividades que se assemelham com as que são vistas como obrigações femininas, para Santos (2012):

[...] apesar dos diversos espaços conquistados, a condição da mulher ainda é permeada por estigmas provindos de uma sociedade fundamentalizada no patriarcado, cujos vestígios contemporâneos podem ser vistos no reducionismo e naturalização da mulher à esfera privada, ou seja, ao âmbito doméstico, do lar. (p. 03).

Essa naturalização provoca um processo que deixa as mulheres à mercê de atividades rotinizadas, que não necessitam teoricamente de muito esforço, que não são consideradas produtoras de valor, que são encaradas como fáceis e que a muitos homens não iriam querer realizar, além de serem atividades que não exigem uma qualificação.

Além disso, notamos uma desigualdade nos aspectos de ascensão de homens e mulheres no mundo do trabalho, quando elas desejam realizar atividades fora do lar precisam enfrentar a dura realidade de ter que cumprir com dois papéis, ou seja, se por um lado realizam as atividades na esfera pública, por outro, ainda são encaradas como obrigadas a realizar as atividades da esfera privada, o que não acontece quando se trata dos homens. Podemos perceber que as mulheres acabam sendo dupla ou triplamente exploradas pelo capital enquanto os homens se mantêm dentro de uma única esfera, (isso pode ser observado no povoado e ouvido nas conversas com as mulheres) como afirma Santos (2012):

Se torna relevante problematizar a condição de subalternidade ainda vivida por mulheres, principalmente no que se refere à relação dual de trabalho, tendo em vista que além de trabalhar na esfera privada que consiste em ser uma multiplicidade de afazeres [entenda-se como o lar], trabalha também na esfera pública [entenda-se como fora do lar]. (p.03).

Ainda segundo a autora, essa relação entre as mulheres e o mundo do trabalho é algo complexo, pois permeia a dualidade do trabalho causando a condição de subalternidade. Segundo Santos (2012):

Então, na condição de sujeitas de ações “invisíveis”, ou por objetivarem trabalho remunerado no sentido de aumentar a renda familiar, essas mulheres se deslocam da esfera privada para a esfera pública de trabalho. No entanto, esse deslocamento não significa que a mulher exercerá uma esfera em detrimento da outra. O que está posto aqui é que a mulher passará a exercer uma dupla jornada de trabalho – mesmo trabalhando na esfera pública é subjugada a trabalhar na esfera privada. Dessa maneira se tem a naturalização do âmbito doméstico como se fosse uma particularidade sua. (p. 03).

Por desejarem uma emancipação e continuarem realizando essa dupla jornada, as mulheres passam pela problemática do peso que carregam, se vendo muitas vezes divididas entre os serviços da esfera pública e os da esfera privada sem encontrarem costumeiramente um meio termo em que possam também ter tempo para seus lazeres, e isso torna-se ainda mais complicado quando a mulher possui filhos pequenos.

Isso acontece porque as mulheres são usadas pelo capital que se apropria de seu tempo de forma dupla, não cabendo a elas os mesmos direitos que os homens de chegar em casa e se desvincular das atividades, pois para eles a única atividade dada é a dos serviços fora de casa, cabendo para a mulher a necessidade e obrigação de dar conta de realizar as duas atividades. Dessa forma temos a apropriação dos trabalhos das mulheres pelo capital que a usa de forma dual, não apenas a explorando na esfera pública como explorando na esfera privada.

É preciso que uma pessoa, no caso uma mulher, cuide da casa, dos filhos, faça a comida, mantenha a roupa limpa para que esse homem que pode ser um filho, irmão ou marido possa ter condições de estar realizando seu trabalho formal e remunerado de forma concentrada. Segundo Gama (2014)

[...] O preço de mercado da força de trabalho, portanto, é constituído pela parte paga da extração da mais-valia e pela parte não paga produzida pelo trabalho não remunerado das mulheres e pela provisão de bem-estar pública. Atualmente, trabalha-se inclusive com a categoria jornada de trabalho total composta pelo tempo de trabalho doméstico e pela jornada de trabalho assalariado na produção de trabalho excedente, apesar de todas as dificuldades para quantificar e qualificar a jornada de trabalho doméstico e o que ela representa no conjunto da produção. (p. 33).

Se de um lado temos o trabalho produtivo do homem sendo facilitado pelas

mulheres, por outro, ninguém quer saber os motivos que levam uma mulher a ficar sobrecarregada com tantas atividades e não ter ânimo para o cumprimento de todo um ritual imposto às mulheres que vai desde as questões estéticas às consideradas de viés social, afinal, quando falamos de mulheres no mundo do trabalho corporativo, por exemplo, estamos falando de mulheres que sempre devem aparecer maquiadas, com o rosto corado, sem mostrar olheiras, com um sorriso no rosto, esbanjando simpatia, independentemente dessa mulher ter passado a noite acordada com o filho ainda bebê, independente dela ter chegado cansada do trabalho e ter tido que limpar a casa sozinha, ela precisa estar sempre “apresentável”, pois o que o mercado deseja não são mulheres que mostram o quanto é sofrida a dupla jornada de trabalho, mas que mantenham-se realizando esse trabalho de maneira elegante sem sair do salto. No entanto, é importante frisar que há aquelas que podem pagar babás, empregadas e etc.

Apensar de tratar-se de outra realidade, quando falamos das mulheres da zona rural, em especial as que vivem por meio da agricultura familiar, essa realidade não é muito diferente, as mulheres são as responsáveis pelos cuidados domésticos e passam esse ensinamento para suas filhas mais novas e são exploradas duplamente pelo capital.

Observa-se assim, que todas as mulheres realizam as atividades domésticas, sendo que algumas recebem a ajuda de filhas (em alguns casos filhos) e noras. A maioria ainda afirmou que conciliam o tempo despendido na produção com o trabalho doméstico e que realizar as duas coisas é muito cansativo. Apenas uma mulher afirmou só cuidar da casa, o que confirma a importância da mulher nas atividades reconhecidas como produtivas. (MELO, CAPPELLIN; CASTRO, 2008, p. 125).

Podemos notar que as mulheres mesmo no meio rural são exploradas e usadas para a produção de mercadorias, apesar de concentrarem suas atividades dentro de casa, ainda são parte do processo de produção da roça não sendo, entretanto, reconhecidas por essas atividades.

Quando conversamos com as mulheres do povoado São José da Matança sobre esse assunto, apenas dona Deusa nos declarou que quando vivia da agricultura as atividades da roça eram divididas com seu marido, as demais, ou simplesmente não passaram por esse processo de trabalho ou quando passaram viam seu trabalho apenas como uma ajuda, por realizarem normalmente somente as atividades de colheita.

2.2 A divisão sexual do trabalho

*Ganha menos que o namorado
E não entende porque
Tem talento de equilibrista
Ela é muita, se você quer saber*

Pitty, Desconstruindo Amélia

As diferenças salariais entre homens e mulheres como vem sendo exposta na música ‘ganha menos que o namorado e não entende o porque’ tem sido motivo de lutas por parte das mulheres, essa questão faz parte das muitas que veem entrelaçadas a divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho consiste em ser uma forma de organizar a sociedade, entretanto, as tarefas atribuídas à mulher na esfera privada sobrecarregam sua vida de modo a limitar sua participação na esfera pública, ou seja, a dicotomia entre “trabalho feminino” e “trabalho masculino” restringe o desenvolvimento da mulher. Assim, a divisão sexual do trabalho doméstico tem por princípio que o trabalho exercido nela não só beneficia a mulher, mas também ao homem;

[...] A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007 p.599).

Essa forma de divisão do trabalho tem dois princípios organizadores:

[...] O princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Uma boa maneira de exemplificar essa divisão de trabalho é nas fábricas, onde ficam muito visíveis as atividades que são postas para as mulheres, segundo Antunes (2009):

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). (p. 105).

Na zona rural essa realidade não é diferente, dentro do campo existe uma forma

natural de divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas e os homens pelas atividades ditas como mais pesadas, porém, o que acontece não apenas nesse meio, mas que podemos usar como exemplo é o menosprezo pelas atividades realizadas pelas mulheres, pois, por mais que essa se assemelhem com as dos homens continuam sendo encaradas como ajuda.

Em uma família a rotina das mulheres que trabalham dentro das duas esferas é corrida, costumam ser as primeiras a levantar, preparam todas as refeições para toda a família, realizam a lavagem das louças, limpeza da casa, lavagem das roupas, realizam as atividades fora de casa e voltam, enquanto isso os homens realizam somente as atividades fora de casa.

Na fábrica da Suzano, por meio de conversas informais foi possível constatar que essa forma de divisão não é diferente. E na zona rural essa realidade também não se difere, dentro do campo existe uma forma natural de divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas e os homens pelas atividades ditas como mais pesadas. Porém, o que acontece não apenas nesse meio, mas que podemos usar como exemplo é o menosprezo pelas atividades realizadas pelas mulheres, pois, por mais que essas se assemelhem com as dos homens continuam sendo encaradas como ajuda.

[...] na atualidade, apesar da continuidade dos modelos tradicionais, as mulheres têm buscado espaço no meio profissional, acarretando assim numa sobrecarga através da dupla jornada de trabalho. Na realidade camponesa essa dupla jornada é histórica e as atividades produtivas das mulheres são percebidas, mesmo quando semelhantes às dos homens, apenas como ajuda. (HERÉDIA, 1979 Apud PEREIRA, REIS, OLIVEIRA, 2012, p. 92).

A questão da divisão sexual do trabalho tem sido muito discutida por autoras que buscam mostrar as discrepâncias existentes no que se refere às questões de gênero. As mulheres por mais que exerçam até mais funções que o homem dentro de uma casa ou em um serviço secundário, continuam sendo consideradas como ajudadoras, isso é muito perceptível na agricultura familiar. Santana (2006), declara que:

[...] as tarefas domésticas se restringem não somente aos afazeres materiais, diretamente ligados à sobrevivência, mas também à manutenção e à reprodução ideológica da família. O fator organizador do trabalho fora de casa é o doméstico; o “inadiável” para as assentadas é equacioná-lo de modo a permitir-lhes “ajudar” nos trabalhos produtivos dos lotes. Nesse sentido, o trabalho doméstico ainda é “coisa de mulher” e não “coisa de homem” ou “coisa do casal”. (p.50).

Por mais que as mulheres exerçam atividades no campo, seus serviços não são valorizados, suas atividades não são vistas como sendo produtivas e criadoras de valor. Dessa maneira constata-se uma relação não igualitária, em que os serviços masculinos são

valorizados e os femininos encarados como “ajuda” ou obrigação social.

Por isso, o trabalho doméstico torna-se uma das principais “amarras” da mulher e uma das principais bandeiras de luta também. Como afirma Toledo (2008):

A degradação do trabalho no século XX corresponde à homogeneização desqualificada do trabalhador (a). Essa é a condição principal, sobre a qual ocorre outra discriminação: a força de trabalho feminina vale menos que a masculina. Desde o final do século passado, as mulheres tornaram-se o principal reservatório de mão-de-obra barata, o que representa o movimento ascensional das ocupações mal pagas, domésticas e suplementares.

É o que explica, enfim, a entrada da massa da mulher no mercado de trabalho como ocorreu com o advento da indústria e vem ocorrendo hoje, com a globalização da economia: o capital precisa de mão-de-obra barata, flexível e sem qualificação, apelando, assim, para a força de trabalho feminina e, em consequência, degradando a trabalhadora do conjunto. (p. 53).

Com a inserção da mulher como mão-de-obra assalariada a exploração de trabalho não se limita apenas à força masculina. A empresa capitalista escolhe quem ele quer como detentor dessa reprodução, delimitando qual mão-de-obra é a mais coerente com os seus interesses lucrativos. O excedente de trabalhadores aumenta e por consequência a disputa entre mulheres e homens por um emprego também.

O ponto positivo da inserção da mulher no mundo do trabalho e nesse caso, cabe a inserção das mulheres do povoado na fábrica, é que para muitas significou o início de sua autonomia, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu assim as ferramentas para lutar contra o capital e para a própria emancipação, além de independência econômica, que lhes possibilitou uma melhoria na qualidade de vida e permitiu que elas tivessem a oportunidade de ter recursos para os cuidados dos seus filhos. É importante frisar isso, afinal, uma grande parcela das famílias brasileiras é composta por mães solteiras¹².

Segundo Cristina Soares (2017), Coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE, considerando apenas as famílias com filhos, o percentual de mães solteiras aumentou de 25,8% para 26,8%, e esse tipo de arranjo, segundo ela, pode ser tanto um indicador de maior independência feminina quanto de maior vulnerabilidade.

A representação da mulher como um ser frágil, delicado e sentimental tem contribuído para uma desqualificação de seu trabalho e sua marginalização, dessa forma, o capital consegue manter ainda mais a exploração sobre seu trabalho, realizando sempre diferenciações entre as mulheres e homens, pondo-as como inferiores. Como afirma Toledo

¹²Em 10 anos, o Brasil ganhou 1,1 milhão de famílias compostas por mães solteiras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, o país tinha 10,5 milhões de famílias de mulheres sem cônjuge e com filhos, morando ou não com outros parentes. Já os dados de 2015, os mais recentes do instituto, apontam 11,6 milhões arranjos familiares. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

(2008):

Com a exploração do trabalho, as características fisiológicas da mulher passaram a ser utilizadas contra ela. As diferenças naturais entre homens e mulheres em relação à potência física foram transferidas para todos os outros âmbitos da vida humana. A sociedade burguesa, mesmo onde se desenvolveu processos de trabalho nos qual o que importa não é a força física, manteve a diferença entre homens e mulheres para manter marginalizada a mulher. (p. 16).

A condição subalterna imposta à mulher passa de meras diferenças naturais para desigualdades culturais, tornando-se produtos ideológicos da sociedade capitalista. A opressão da mulher, portanto, não é algo natural, mas determinado pelo lugar que ocupa no sistema de produção e reprodução de sociedades determinadas. Sobre isso, Franco García (2004) afirma que:

[...] a opressão refere-se a fenômenos estruturais que imobilizam ou diminuem uma classe ou grupo social. Neste sentido o sexismo, junto ao racismo, enquanto doutrinas que sustentam a superioridade de um grupo sobre o outro, constituem os meios adequados para dividir a classe trabalhadora e legitimar a super exploração e marginalização de parte de seus membros. (p. 110).

As questões de gênero, raça e classe não podem ser dissociadas do que acontece dentro do povoado, pois como será exposto mais a frente, essas mulheres, nossas sujeitas representam essa categorias.

A autora afirma que a opressão de gênero “é uma das principais expressões das formas de opressão estruturais da nossa sociedade, cuja superação perpassa mera distribuição de privilégios para a inserção de uma minoria” (FRANCO GARCÍA, p. 110).

Não cabe dúvidas que determinados fatores de ordem natural, tais como sexo, etnia e raça surgiram como fatores importantes nas tensões geradas pelo modo de produção capitalista. Para Saffioti (2013, p. 5859) isso justificou o desvio dos embates de classes para os membros da sociedade, através das suas condições físicas e sociais e que essas potencialidades humanas renovam constantemente o entendimento das limitações impostas por estas condições naturais como algo que se torna vulnerável diante dessa ordem social.

A autora afirma que dentro da lógica de aparência na sociedade do capital, é importante focar no trabalho como sendo a práxis que sintetiza as relações do ser humano com a natureza e dos seres humanos entre si, tendo como causalidade uma relação histórico e dialética que justifica a marginalização dos determinados sujeitos sociais em virtude da sua raça ou do seu sexo. Nessa perspectiva, Saffioti (2013) pondera que:

[...] o sexo opera como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção. Em suas

realizações históricas, o sistema capitalista tem-se revelado bastante maleável, permitindo e mesmo estimulando mudanças institucionais às quais se opunham à tradição e o estilo de vida, por exemplo, na família. (p.61).

Na sociedade capitalista a mulher é apropriada pela lógica de exploração produtiva, não mais sendo considerada apenas uma “ajuda” ao marido, pois ela agora é necessária para o capital como parte dessa indústria de reserva de força-de-trabalho. Porém, o trabalho doméstico é a principal opressão feminina e o casamento tradicional só reforça essa opressão, na medida em que esse espaço da família delimita o que considera como papel exclusivamente feminino.

Essa contextualização histórica abordada até o momento traz a particularidade da dinâmica ocorrida no meio urbano e essa lógica familiar e patriarcal para as famílias de camponeses/rurais, pode-se afirmar, transgrediu de forma mais lenta. Saffioti (2013, p.255) afirma que nem sempre essa dinamização da economia influenciou na modernização da família camponesa e que o processo de estímulo à imigração dessa época, poderia ter sido o estímulo para a força que estruturaria essas famílias, mas o que se viu foi a “importação de trabalhadores europeus que resultou, frequentemente, no reforçamento do estilo patriarcal da família”.

O modo de vida camponês e dos trabalhadores rurais é baseado em três pontos fundamentais: acesso à terra, caráter familiar e espaço público. Esse caráter familiar, que reproduz a divisão sexual do trabalho, justifica as demandas com o passar do tempo das mulheres camponesas em se afirmarem como sujeitos políticos e sociais, enquanto trabalhadoras rurais e efetivas na participação do trabalho produtivo. Segundo Tedeschi (2012):

[...] podemos constatar que as mulheres, como agricultoras, têm exercido um papel invisível, que passa despercebido das estatísticas econômicas no campo. São lhes atribuídos apenas os trabalhos domésticos, dificultando o reconhecimento de sua ação e presença na comunidade enquanto trabalho produtivo e conseqüentemente, a definição enquanto trabalhadoras rurais. (p. 296).

A autora destaca que é perceptível que a separação entre a casa e o roçado e o valor social em que é dado aos trabalhos desenvolvidos nesses espaços, “contribuem para uma permanência da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, para hierarquização entre os produtos e trabalhos desenvolvidos no campo” (TEDESCHI, p. 296). Utilizando a compreensão de que os lugares determinados para homens e mulheres sejam um processo de interações sociais que se agrupam de acordo com determinadas relações de poder, destacamos

Franco García (2004), que afirma que tais relações de poder “estabelecem as normas que definem os limites tanto sociais quanto espaciais, dado que determinam quem pertence ou não ao lugar, e quem fica excluído, assim como a localização de uma determinada experiência” (p. 67). Para as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, esses lugares determinados são naturalizações da sua opressão.

A divisão sexual de trabalho coloca as mulheres em especial as camponesas em uma situação completamente desfavorável em relação aos homens, devido a naturalização de suas atividades domésticas como obrigações femininas juntamente com as obrigações com a família, escola e igreja, estabelecidas no que se refere aos cuidados das crianças. Medeiros (2008) declara que,

[...] É neste caso que as questão de gênero possivelmente aflora em sua plenitude, uma vez que coloca em jogo a própria possibilidade de redefinição da divisão de trabalho doméstico e a naturalização do papel da mulher como aquela que é a responsável maior pela “criação” dos filhos e que lhe impõe atividades que ocupam todo o tempo, com uma certa rigidez de horários, como dar banho, lavar roupas, preparar alimentação etc. [...]. (p.12).

Isso faz com que muitas mulheres acabem não tendo a possibilidade de se dedicar a atividades políticas dentro dos assentamentos, povoados ou comunidades onde estão inseridas, fazendo com que as suas falas sejam silenciadas.

Dentro das associações que deveriam servir de amparo a essas mulheres, local que deveria fazer parte do processo de inclusão delas, acaba sendo um local segregador, não trazendo a autonomia esperada, mas em grande parte dos casos mantendo a mesma relação de dominação patriarcal já existente. Na estrada do Arroz, existem associações, e o Fórum, que representa todas as comunidades, no entanto, essas discursões sobre gênero e trabalho não são postos como pontos de discussão.

Segundo Medeiros (2008):

As associações dos assentamentos podem se tornar o lugar por excelência de criação de novas sociabilidades. Muitas vezes, no entanto, espera-se delas a possibilidade de instaurar uma nova ordem. Como aponta Gema Esmeraldo, isso nem sempre acontece. Nos casos por ela estudados, a associação serviu para fortalecer as relações de dominação masculina e reforçar o caráter patriarcal da família. (p. 14).

A não participação das mulheres nessas associações ou participação de forma parcial se deve ao entendimento de que os homens são os principais responsáveis pela manutenção das atividades agrícolas, isso porque, ainda segundo Medeiros (2008):

[...] É ele quem organiza a produção e gere seu desenvolvimento no cotidiano, toma as decisões a ela relativas, comercializa e decide o que fazer com eventuais ganhos

ou como agir para minorar perdas, assim como para viabilizar outras possíveis fontes de rendas, inclusive externas à agropecuária. [...]. (p. 13).

Sendo os homens os responsáveis por tais atividades, as mulheres tornam-se submissas a maneira de organizar as terras, são eles os que produzem valor de troca, sendo elas colocadas como responsáveis apenas das atividades familiares, como já mencionadas anteriormente.

Todo esse processo, entretanto, camufla uma realidade, desmerece o papel das mulheres na agricultura e todas as contribuições que elas vêm trazendo no decorrer dos anos, como vem sendo exposto por Conte (2008), segundo ela;

Pinheiro (2005), afirma que até a década de 1970 eram consumidas mais de 35 espécies diferentes de plantas que serviam como alimento. Diante disso, não há nenhuma ressalva em afirmar que as mulheres eram as maiores responsáveis pelas técnicas de armazenamento e industrialização desses alimentos, além da produção dos mesmos para consumo. (p. 04).

Devido à forma que as atividades são divididas, e toda a questão patriarcal que não deve ser esquecida as mulheres acabam tendo sempre suas atividades invisibilizadas, e essa invisibilização acontece de forma mais concentrada no meio rural.

3 O POVOADO SÃO JOSÉ DA MATANÇA

... Pode-se tirar tudo de um homem exceto uma coisa: a última das liberdades humanas – escolher a própria atitude em qualquer circunstância, escolher o próprio caminho.

Viktor Frankl

A ‘escolha do próprio caminho’ resume bem o que aconteceu no povoado São José da Matança no início de seu povoamento. O povoado São José da Matança, fundado no ano de 1961, atualmente é composto por 100 famílias que vivem de diferentes formas: comércio em Imperatriz, funcionários em escolas, vendas, construção civil, fazendas vizinhas, roçado, serviços gerais, atividades domésticas, aposentadoria e etc. Uma grande parte dos seus moradores e moradoras realizam o chamado bico como forma de renda, ou seja, realizam diferentes trabalhos informais temporários como forma de renda.

Figura 1: Croqui da localização do povoado São José da Matança



Fonte: Daniel Conceição (2019)

Figura 2: Placa da entrada do Povoado São José da Matança



Fonte: Autora (2019)

Como pode ser observado pelo Croqui fornecido por Daniel Conceição, o povoado se localiza nas proximidades da Estrada do Arroz, ou seja, da rodovia Padre Josimo. São José da Matança fica localizado logo após os povoados Esperantina e Bacaba, deve-se salientar que o Bacaba foi transferido para esse espaço após a construção da fábrica da SPC que ocupou parte do local no qual ficavam suas casas.

. Desde a entrada do povoado é possível observarmos a presença do roçado em pequenos terrenos o que caracteriza esse espaço como sendo de zona rural.

Figura 3: Plantio de feijão na entrada do povoado



Fonte: Autora (2019)

Figura 4: Horta encontrada na casa do senhor Viana



Fonte: Autora (2019)

Por tratar-se de um local de zona rural, a presença de hortas e plantios de macaxeira, feijão e outros alimentos é notada em muitos locais, no entanto, deve-se deixar claro que nem todos os moradores do povoado realizam o roçado.

A história desse povoado assim como a dos outros 22 que fazem parte da Estrada do Arroz que liga Imperatriz até Cidelândia é importante para a compreensão da histórica dessa região, no entanto, sua história não está disponível em nenhuma literatura, desse modo, para aprendermos sobre seus processos de modificações em especial com a chegada da fábrica da SPC tornou-se necessário conversarmos com os moradores mais antigos do local. Assim, a narrativa, por meio da oralidade nos serviu de fonte para o enriquecimento dessa pesquisa.

Após conversas com moradores e pessoas que conhecem a região nos foram indicados dois importantes nomes, o do senhor Alexandre como sendo o morador mais antigo do povoado e o do senhor Antônio Viana o segundo morador mais antigo, sendo eles grandes fontes de informações sobre a região onde localiza-se o povoado São José da Matança.

Iniciamos nossa conversa com o senhor Viana, ele que já possui mais de 80 anos de idade ainda realiza o trabalho na roça, inclusive no dia de nossa visita tivemos que ir até o roçado onde ele se encontrava trabalhando para podermos conversar com ele. Apesar de possuir casa em Imperatriz ele e sua esposa preferem a vida no povoado devido a calma e contato com a natureza.

Ao conversarmos com o senhor Viana questionamos acerca da origem do nome do povoado, segundo ele:

Quando era mata tinha uma lagoa que não secava ai o povo vinha da rua, vinha de

todo lado fazer caçada né, aí vinham só buscar porque os bichinhos tinha que beber aí só matavam, aí ficou lagoa da Matança, quando criou a comunidade criou Matança, aí colocou São José da Matança. [...] Nós como somos católicos fomos festejar São José, aí colocamos o nome de São José da Matança, em 83 nós vinha de pé da Imperatriz para cá, ia e voltava de pé, porque não tinha estrada. (Viana, entrevistado dia 23 de maio de 2019).

Ao questionarmos sobre sua naturalidade ele nos informou ser do estado do Ceará e nos conteu que os outros moradores também vieram de outras regiões como cidades do Maranhão e estados vizinhos como Piauí.

A princípio essas terras foram ocupadas e com o passar do tempo o Incra foi realizando as doações, como não tinham muitas pessoas no local alguns moradores conseguiram grandes espaços de terras como é o caso do senhor Alexandre, que segundo o relato do senhor Viana e de dona Paula¹³, era o dono de uma grande parte do povoado, ainda nesse ano ele está realizando a transferência da posse de terras para os moradores que compraram dele.

A história de senhor Alexandre Conceição considerado o fundador do povoado não é muito diferente da de outros moradores, ele é natural do interior da cidade de Barra do Corda, cidade localizada no centro do estado do Maranhão. Veio com sua família para a região, com pai, mãe, irmãos e outros parentes. Chegou em Imperatriz com aproximadamente 25 anos, durante um tempo morou na região que hoje é conhecida como Camaçari, povoado próximo a cidade de João Lisboa, até sua família ficar sabendo da existência das terras na Estrada do Arroz.

Juntamente com sua família o senhor Alexandre mudou-se para o local onde foi realizando a marcação dos seus espaços de terras e cultivando, até hoje com seus 85 anos ele ainda realiza o trabalho com a terra. Algum tempo depois, senhor Alexandre foi naturalizado como maranhense para poder obter seus documentos, pois perdeu todos devido um incêndio que destruiu o cartório de sua cidade.

Figura 5: Senhor Alexandre, 85 anos, morador mais antigo do povoado São José da Matança, em frente à casa de sua filha Simone

¹³Dona Paula é uma das mulheres que trabalham na fábrica da Suzano Papel e Celulose com quem tivemos a oportunidade de conversar. Na ocasião ela nos contou não apenas sobre seu trabalho, mas nos trouxe informações sobre a origem do povoado São José da Matança. (Entrevista realizada dia 23 de Maio de 2019).



Fonte: Autora (2019)

Ainda sobre o nome do povoado, o senhor Alexandre declara que o considera vergonhoso, pois, como já havia sido explicado pelo seu Viana o nome Matança deve-se a uma lagoa na qual muitos caçadores iam matar animais. Surgiu segundo o mesmo, a vontade de alguns de mudarem o nome do povoado para São José de Alexandria, uma forma de homenagem a ele. Porém, a ideia não foi adiante.

O senhor Alexandre casou duas vezes e obteve 10 filhos, desses 9 ainda estão vivos, sendo 2 homens e 7 mulheres dos quais a sua maioria ainda se encontram no povoado, com exceção da caçula que mora no estado de Pernambuco. Durante nossa pesquisa tivemos a oportunidade de conhecer 4 deles, Daniel, que atualmente é presidente do Fórum da Estrada do Arroz, Simone, chefe da equipe da tarde que trabalha na SPC, Deusa, também funcionária da fábrica, exercendo a função de serviços gerais e Dulce, professora da Escola do povoado.

O fato de viver da agricultura não fez o senhor Alexandre impor essa atividade aos seus filhos, pelo contrário, em sua fala ele transmite o maior orgulho em ter tido a oportunidade de ver todos os seus filhos estudando. Segundo ele, nenhum possui nível superior, mas todos aprenderam a ler, escrever e todos concluíram o ensino médio e alguns fizeram o magistério como são os casos de Simone, Dulce e Daniel.

Com relação as dificuldades, senhor Alexandre nos conta que no começo era tudo muito difícil, isso ainda na década de 1963, o acesso ao povoado era realizado por veredas, a falta de energia era outro problema, que segundo ele, ao ser conquistado mudou bastante a

vida dos moradores. Outro grande problema que é relatado foi a epidemia da malária que causou muitas mortes, o próprio senhor Alexandre relata ter quase morrido devido essa doença. Segundo ele, os maiores prejudicados eram as crianças. “A febra, que chama malária né? Acho que morria menino aí 3 por 4. Naquele tempo ali do Olho d’água, Esperantina, Açaizal, Bacaba morria os meninos aqui, porque menino não guenta aquela febra não, se descuidar um pouquinho... pronto!” (Alexandre, entrevistado no dia 10 de junho de 2019)

Por meio dos relatos do senhor Alexandre somos levamos a nos questionar sobre as mulheres, afinal, se eram as crianças as principais prejudicadas em épocas de epidemias as mães eram como consequência as que mais sofriam com todos esses transtornos. Nesse período o sistema de saúde era muito limitado o que fazia com que muitas pessoas acabassem não indo ao hospital com medo. A esposa do senhor Alexandre foi uma dessas, durante sua gestação ela acabou sabendo do falecimento de duas mulheres em Imperatriz o que fez com que se recusasse a ser levada para a cidade, com isso ela e seu bebê morreram e sua família culpou o senhor Alexandre pela sua morte.

Felizmente relatos como esse fazem parte de um passado, na atualidade apesar dos grandes buracos causados pelo fluxo dos caminhões da SPC o caminho entre os povoados da Estrada do Arroz e a cidade de Imperatriz está mais facilitado, isso não significa dizer que não haja uma necessidade de melhorias, pois em muitos trechos o barro toma conta do local causando muita poeira o que gera transtornos.

Sobre o povoado ele conta com uma escola que atende não apenas os moradores do mesmo como de povoados vizinhos, como Bacaba, Esperantina e até mesmo Barra Grande. A escola funciona em três turnos, sendo o vespertino destinado ao EJA. No total a escola atende 79 crianças no turno diurno e 11 no noturno.

A escola Santo Amaro recebeu uma reforma e ampliação com a contribuição da Suzano Papel e Celulose no ano de 2013, a reforma faz parte das medidas compensatórias encontradas no relatório da empresa o EIA (Estudos de impactos ambientais) e o RIMA (Relatório dos Impactos ambientais), por meio desses relatórios encontramos o quanto que determinado empreendimento irá causar de prejuízos ambientais como a seca e poluição de córregos, odores, desmatamento e etc. e as soluções que pretendem usar para amenizar ou anular esses impactos.

Figura 6: Faixada da Escola Santo Amaro

Fonte: Autora (2019)

Figura 7: Placa de reforma e ampliação da Escola

Fonte: Autora (2019)

Como pode ser observado nas figuras acima o povoado conta com uma escola que recebeu uma reforma e ampliação em parceria com a fábrica da Suzano Papel e Celulose, isso se deve pois a chegada da SPC na região causou o deslocamento do povoado Bacanga, o que gerou a necessidade de uma ampliação da escola para o recebimento da demanda de alunos. Vale ressaltar que tal medida fazia parte das várias encontradas em seu relatório de impactos ambientais, como exemplo temos em seu relatório a criação de uma escola técnica em parceria com o IFMA o que trouxe grandes expectativas para os moradores. 14

3.1 As mulheres do povoado São José da Matança

A melhor maneira de cultivarmos a coragem nas nossas filhas e em outras jovens é sendo um exemplo. Se elas virem as suas mães e outras mulheres nas suas vidas seguindo em frente apesar do medo, elas vão saber que é possível.

Gloria Steinem

‘Ser um exemplo’, essa é uma das formas que podemos causar uma mudança em nossa sociedade patriarcal e machista, ‘saber que é possível’ vendo o exemplo de seus pais é uma maneira de encucar nas novas gerações uma nova forma de encarar as mulheres e principalmente respeitar o esforço árduo realizado por todas nós.

Apesar de nossa pesquisa não ter como foco as questões étnico raciais, em seu

¹⁴ Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da unidade industrial da SUZANO PAPEL E CELULOSE para Fabricação de Celulose Branqueada e Papel, no município de Imperatriz, no Estado do Maranhão (2010). Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

decorrer e com o contato com obras que trazem essa expectativa à tona tornou-se necessário que em algum momento essa questão fosse posta.

Quando nos perguntamos quem são essas mulheres trabalhadoras que estão realizando serviços dentro da fábrica precisamos realizar um desenho mental, precisamos ter em mente o seu perfil não apenas social, mas o físico, retomamos mais uma vez a Birole (2018), dessa vez, com o seu uso do conceito interseccionalidade, em seu trabalho “Gênero e desigualdade” ela nos traz a importância de ver uma mulher para além dos seus órgãos genitais, mas olhar de forma total, assim, quando nos perguntamos “Quem são as mulheres que trabalham na fábrica da Suzano?”, “Como e onde estão?”, precisamos ter em mente que essas respostas poderão surgir de diferentes maneiras. Ela é branca? Ela é negra? Ela é magra? Ela é gorda? Ela possui nível superior? Ela é nordestina? Ela é casada? Ela possui casa própria? Ela tem filhos? Bem, essas indagações poderiam continuar de forma exaustiva, mas essa não é nossa intenção.

As mulheres trabalhadoras com quem tivemos contato são mães, são negras/pardas, são de família pobre, são maranhenses e são de origem rural. Saber quem são essas mulheres tem um grande papel, pois é por meio desse conhecimento que somos levados a compreender suas trajetórias de vida, as lutas que travam constantemente e a partir disso passamos a ter uma maior compreensão da importância e peso que o trabalho em uma fábrica vem causando para elas.

Durante a visita que realizamos na fábrica foi possível notar a ausência das mulheres em cargos de chefia, não nos encontramos com nenhuma engenheira,¹⁵ por exemplo, e as mulheres com quem conversamos mesmo as que estavam realizando nosso tour e se diziam da região possuíam o mesmo perfil. Todas eram brancas. Aliás, os homens também eram brancos. Todas as mulheres que realizavam atividades fora da equipe de serviços gerais possuíam a pele clara, uma boa formação acadêmica e em sua grande maioria eram de fora, do sul e sudeste do país, ou seja, não eram nordestinas. Com exceção dos estagiários.

Quando nos deparamos com as mulheres que trabalham no serviço geral, somos levados a pensar nas possibilidades de ascender que elas possuem, afinal, como já mencionado, as poucas mulheres em cargos de chefia não possuem as mesmas características que elas, infelizmente a realidade dessas mulheres está quase condicionada a mesma função. Como se especializar se não possuem tempo? Se não possuem dinheiro suficiente? A falta de

¹⁵ Em uma conversa informal com uma funcionária da fábrica essa sentença foi mais uma vez confirmada, segundo ela, que é formada em engenharia da produção, mas exerce outra função na fábrica a presença de mulheres em cargos de autoridade é pequena, assim, quanto maior o cargo menor a presença de mulheres.

recursos faz com que elas acabem sendo vítimas de um ciclo vicioso, no qual elas entram e saem de uma empresa e de outra exercendo sempre a mesma função, não vamos aqui falar de meritocracia, pois acreditamos que ela seja uma das maiores falácias já inventadas pelo capitalismo, a realidade é que a esperança que essas mulheres possuem está no futuro, e não no delas, mas nos de seus filhos, cujos sonhos é exercer em algum momento um cargo importante, como o de engenheiro na fábrica da Suzano.

Em relação a realidade das mulheres do povoado São José da Matança ela não é muito diferente dos demais povoados. São mulheres que vivem por meio de bicos ou realizam atividades no comercio de Imperatriz ou em alguns poucos casos trabalham nas escolas dos povoados, realizam trabalho doméstico na casa de outras famílias e outras dedicam-se somente ao trabalho doméstico, sendo seus maridos os provedores. O trabalho precarizado é uma das características desses povoados o que faz com que seu modo de vida com a chegada da fábrica da Suzano na região tenha sofrido alteração.

Dona Dulce uma das filhas de senhor Alexandre, concursada, professora na escola Santo Amaro, nos conta que trabalhou na roça durante uma boa parte de sua vida, segundo ela, começou a realizar o cuidado com a terra com seus 9-10 anos de idade, até aproximadamente seus 21 anos. Dulce trabalha nessa escola, mas apesar de exercer a função como professora ela ainda tira tempo para realizar o plantio, pois, para ela o roçado é algo que lhe traz muita satisfação. Quando perguntamos como ela se identifica ela foi firme ao dizer “me considero como da roça”¹⁶. Percebemos por meio dessa fala que ela realiza sua identificação levando em consideração seu local de origem, o qual não possui a intenção de abandonar. Ela gosta da roça, e, portanto, considera essa como sendo uma parte importante da sua identidade.

Ao conversamos com essas mulheres tentamos entender quais as mudanças que puderam sentir com a chegada da fábrica na região, quais os benefícios ou malefícios que presenciaram e principalmente como a entrada no mercado de trabalho modificou suas vidas.

Para as mulheres entrevistadas Simone, Deusa, Amana, e Paula a entrada na fábrica tem sido algo positivo, em especial quando levam em consideração as melhorias que obtiveram em suas moradias, para elas esse tem sido o principal benefício da chegada da fábrica e por consequência da sua empregabilidade.

¹⁶ Dulce entrevistada no dia 10 de novembro de 2019.

Figura 8: Casas do povoado, em frente ao campo de futebol do povoado



Fonte: Autora (2019)

Sempre que conversamos com as mulheres independente delas serem funcionárias da fábrica ou terem seus maridos trabalhando nelas, o maior benefício por elas mencionado é a construção de suas casas, para elas a casa em alvenaria significa uma mudança de vida. Como podemos observar na figura 8, por meio desse exemplo, as casas do povoado já não são mais de palha como antes, durante nossas visitas todas as casas por quais passamos eram de alvenaria.

Apesar de algumas famílias ainda realizarem o cultivo de pequenos espaços de terra a agricultura familiar não é o principal meio de sobrevivência dessa população. Essas mulheres fazem parte de uma nova fase, se anteriormente seus pais eram agricultores e alguns ainda realizam de forma limitada o cuidado com a terra, atualmente a nova geração já não faz parte daquele mesmo contexto, eles realizam trabalho na cidade de Imperatriz principalmente na área do comércio e construção civil.

Não obstante, ao conversarmos com essas mulheres a respeito de sua forma de identificação elas nos disseram que se consideram como agricultoras rurais ou somente “da roça”, outras se classificam como doméstica¹⁷. Essa forma de identificação é importante porque nos faz pensar o quanto a terra tem significado para aquela população, por mais que muitas não realizem nenhum trabalho com roçado, mas ainda possuem uma ligação com a agricultura e se enxergam como pertencentes aquele espaço.

¹⁷ Conversas informais realizadas no dia 10 de novembro de 2019.

Como afirmamos a agricultura já não está mais tão presente na Estrada do Arroz, porém, encontramos alguns casos isolados, como o caso de uma de nossas entrevistas, a dona Deusa. Ao conversamos ela nos contou que antes da chegada da fábrica trabalhava com roça, quebrava coco, junto com seu esposo. Deusa é uma das filhas do senhor Alexandre Conceição, ela presenciou durante sua infância o trabalho de seu pai com a terra, hoje, no entanto, ela trabalha na fábrica na função de serviços gerais assim como seu esposo, porém, em terceirizadas diferentes.

Quanto a dona Deusa conseguimos obter algumas informações, ela é moradora do povoado desde seu nascimento, com quase 44 anos de idade é um exemplo da forma que essas mulheres viviam e estão vivendo após a chegada da fábrica. Ao conversamos com dona Deusa ela nos trouxe algumas informações importantes. Perguntamos sobre o trabalho na fábrica, o trabalho doméstico e a divisão das contas da família, atualmente Deusa já trabalha na fábrica a 5 anos, havendo passado por duas outras terceirizadas, ao encontrarmos com ela perguntamos:

Antes de trabalhar na fábrica, você trabalhava com o que? Eu ficava em casa ajudava na roça, quebrava um coco, essas coisas assim que a gente fazia. **Seu marido trabalhava com o que?** Com a roça... ele roçava juquirá para outros para ganhar dinheiro né? Agora ele tá trabalhando na Contrex. **Da Suzano também?** Da Suzano também. **Ele trabalha em qual função lá?** É, serviços gerais. **Tem diferença salarial entre vocês?** Não! **E antes como funcionava aqui?** **Como você o ajudava na roça, quem tinha a renda era ele?** A gente tira da roça, o arroz, o feijão, tira a farinha aí para carne outras coisas, comprar alguma coisa para a gente, ele trabalhava na diária para poder conseguir a renda. **Normalmente era ele que conseguia essa renda?** Humrum! **Você percebeu alguma diferença quando foi trabalhar na fábrica na família de vocês?** Muita, muita... **O que foi que mudou?** Melhora, muita melhora! **E a relação de vocês?** Melhorou também, bastante! **Como você poderia descrever isso?** Melhorou tudo, porque eu não fico cobrando, quero isso, quero aquilo, porque agora ele tem para dar né?! Um pouco a mais e eu também trabalho, melhorou tudo. **E a divisão das contas de casa, como fica?** Nós dividi. **Cada um paga uma parte?** Eu divido entre ele e os meus filhos, que tenho dois filhos que trabalham lá também na Contrex, aí nós divide as contas. **Como seus filhos ajudam nos afazeres?** Só final de semana que eles me ajuda fazer alguma coisa, limpa quintal né?! Um barre a casa, tem um mais velho que gosta de me ajudar em casa o outro fica mais assim sem querer, mas faz. [...] só o quintal que eles cuida, só o mais velho que ajuda, Kel limpa a casa para mim, e ele limpa. (Deusa, entrevistada dia 10 de junho de 2019).

O relato de dona Deusa nos serve de exemplo para a realidade dessas mulheres, encontramos em sua fala uma clara evidencia de que o trabalho foi algo positivo em suas vidas, em outra ocasião quando conversamos ela disse que o trabalho na roça era algo “cansativo e incerto”, afinal, era algo que acabava necessitando de muitas horas de dedicação e o retorno financeiro não era suficiente. Outro ponto que merece destaque em sua fala é no que diz respeito a divisão das tarefas domésticas, segundo suas colocações apenas um dos

filhos lhe ajudava e essa ajuda se reduzia a limpeza do quintal, assim, notamos que mesmo em uma família em que todos exercem a mesma função fora do lar e conseqüentemente recebem o mesmo salário ainda existe uma sobrecarga para a mulher com os deveres domésticos, pois seus maridos no máximo realizam a manutenção da casa, pequenos consertos, mas a limpeza e outros serviços acabam caindo sobre as mulheres.

Para muitas dessas mulheres a roça não é mais uma realidade, grande parte delas nem se quer tiveram a oportunidade de conhecer a época de ápice da região, restaram-se somente as histórias que ficam guardadas no imaginário dessa população. “Meu esposo cuidava da roça, mesmo assim, às vezes em fazendas que ele trabalhava... e eu sempre trabalhei em casa de família mesmo.” (Paula, entrevistada dia 23 de maio de 2019), mesmo na época em que seu esposo colocava roça Paula ainda realizava trabalhos fora de casa como forma de renda.

Em relação a Paula, ela nasceu em Imperatriz no ano de 1982, casada, mãe de três filhos, trabalhadora. Segundo seu relato trabalhou na roça até a Suzano comprar as terras onde seu esposo e ela plantavam, em seguida passou a realizar o trabalho na fábrica e pode sentir grandes mudanças. Seu filho mais velho também trabalha na fábrica, ele é um dos responsáveis pelo carregamento, assim, a renda da família teve uma grande melhoria.

Apesar dessas melhorias financeiras, Paula consegue sentir o peso de estar trabalhando fora de casa, pois, por mais que em sua casa três pessoas exerçam o trabalho produtivo, somente ela é a responsável pelos trabalhos reprodutivos, ou seja, o peso de estar trabalhando fora e dentro de casa é algo sentido por ela, “não é fácil, é muito cansativo mesmo!” (Paula, entrevistada dia 10 de novembro de 2019)

Por mais que Paula trabalhe fora de casa o serviço doméstico recai sempre sobre ela, não existindo uma divisão desses afazeres, no máximo o que ainda acontece é uma ajuda do marido com a limpeza da área, por exemplo, mas de forma geral, esses cuidados são “obrigações” de Paula. Assim, antes de sair para seu trabalho ela já deixa tudo arrumado para ele. Ela nos diz: “Pela manhã como eu trabalho pela tarde, eu deixo quase tudo pronto”. Mesmo nos finais de semana, quando ambos estão de folga as atividades da casa ficam destinadas a dona Paula: “Lavagem da casa, limpeza das louças? Ah tudo é eu mesmo!”¹⁸. Ela nos confirma que essas atividades são exercidas somente por ela. Notamos assim uma clara divisão dos trabalhos, enquanto Paula realiza uma dupla jornada de trabalho seu esposo fica limitado apenas a esfera produtiva, fazendo assim com que ela acabe tendo seu trabalho

¹⁸ Paula, entrevistada dia 10 de novembro de 2019.

sobrecarregado, não possuindo um tempo para o lazer e descanso.

Assim como as outras mulheres com quem tivemos contato Paula foi criada no Matança, veio de uma família de 10 irmãos dos quais 6 ainda moram no povoado, desses 1 trabalha na fábrica e ainda realiza o roçado. Quando criança seu pai vivia do roçado e ela ajudava no trabalho da roça, somente aos 17 anos após ter casado ela deixou o trabalho de roçado um pouco de lado.

Nada obstante de viverem na zona rural essas mulheres conseguem reconhecer o quanto que o machismo está presente em suas vidas e causa uma sobrecarga em especial no que diz respeito aos afazeres domésticos. Podemos notar isso por meio de diferentes falas, mas destacamos a de Paula, ao conversamos com ela sobre a divisão dos afazeres domésticos com seus filhos ela relata:

Eles ajudam assim, eles faz alguma coisa [,,] Cês sabem que os homens geralmente são mais machistas, ah não vou fazer isso porque não sou menina, ai a gente manda varrer a casa e ele limpa, mas sempre brigando, e sempre assim, na escola a filha mulher é mais estudiosa, mais prestativa essas coisas assim. (Paula, entrevistada dia 23 de Maio de 2019).

Por intermédio da fala de Paula podemos notar algumas coisas. Primeiro, a questão do machismo que está presente na realidade dessa família assim como na de todas as outras com quem conversamos, em especial no que diz respeito a divisão dos afazeres domésticos, ficando para a mulher ou mulheres da casa a obrigação do cuidado com o lar. Em segundo lugar, notamos a reprodução das características femininas como o ato de ser mais estudiosa colocado de acordo com o sexo, temos assim, as meninas vistas como mais delicadas e cuidadosas e os meninos caracterizados como bagunceiros e arruaceiros, ou seja, encarados como desiguais.

No caso da divisão dos gastos familiares foi possível perceber que existem muitas diferenças de acordo com cada família, por exemplo, na casa de Simone¹⁹ ela é a principal responsável e no momento principal provedora de renda da família, visto que, seu esposo está desempregado, porém, mesmo quando ela e o esposo estão trabalhando o salário recebido por ele é administrado por ela. Temos nessa família a mulher como a responsável pelas finanças da família e a não existência da separação dos ganhos, tudo é de todos.

Na família de Paula por outro lado, existe a divisão dos gastos, em que seu esposo fica responsável pelas contas da casa e abastecimento e Paula pelos cuidados financeiros dos filhos. Atualmente seu filho mais velho está trabalhando e ele também

¹⁹ Atualmente, Simone encontra-se fora da Fábrica da Suzano, seu esposo está empregado e ela está abrindo uma lanchonete em sua própria residência. (Visita realizada no dia 11 de novembro de 2019)

contribui com as despesas familiares, principalmente com seus próprios gastos.

Na Casa de Deusa por sua vez, todas as contas são divididas entre os moradores e nesse caso estão incluídos seus dois filhos. Podemos notar assim, que a forma que cada família lida com o dinheiro é diferente, no entanto, as questões domésticas, os cuidados com o lar acabam sendo colocados como responsabilidade das mulheres em todos os casos.

Muitas das mulheres que não trabalham na fábrica da Suzano estão desempregadas, sendo responsáveis exclusivamente pelos cuidados com o lar e seus maridos trabalhando fora, outras buscar uma renda da forma que conseguem, quebram coco babaçu para tirar o azeite, fazem farinha, vivem da ajuda dos parentes e algumas voltaram a mexer com plantações de arroz, feijão e milho, outras trabalham com a venda de cosméticos e as mais velhas são aposentadas.²⁰

3.2 O trabalho como processo de autonomia

*O calçado nos meus pés
Eu comprei
As roupas que eu estou vestindo
Eu comprei
Os diamantes que eu estou balançando
Eu comprei
Porque eu dependo de mim*

Destiny's Child – "Independent Women pt. 1"

Sem dúvidas que a inserção das mulheres em um emprego formal tem lhes possibilitado um maior poder de compra, e isso é algo que traz muita satisfação para elas.

Quando iniciamos esse trabalho tínhamos a preocupação em saber como a chegada da fábrica da Suzano modificou a vida das mulheres que residem em suas redondezas, sobretudo, as que atualmente se encontram trabalhando na fábrica e moram no povoado São José da Matança, no entanto, tínhamos a falsa ideia de que Estrada do Arroz ainda era uma região que vivia da agricultura familiar como na década de 1950, o que como já foi colocado não é a realidade daquele local.

As mulheres do povoado São José da Matança exercem a função de serviços gerais, trabalham no turno vespertino, entrando às 13 horas e saindo às 21:30h. Dentro da fábrica são as responsáveis pela limpeza de locais como os banheiros, salas, salão, corredores

²⁰Informações obtidas por meio de conversas com os moradores principalmente de dona Simone.

e etc. A equipe é pequena sendo composta por apenas 9 pessoas²¹, dessas 7 são mulheres e 2 homens, todos moradores do São José da Matança.

O nosso questionamento se baseava na ideia da metamorfose do trabalho, pois tínhamos conhecimento acerca da forma de vida que essa população tinha antes da introdução da fábrica. Por se tratar de uma região de zona rural, a grande maioria das mulheres viviam por meio de pequenos serviços, em sua maioria de forma informal ou autônoma, com a vinda da empresa elas passaram a ter uma oportunidade que antes não possuíam, a carteira assinada, o salário fixo e uma certa estabilidade financeira.

As mulheres que trabalham na Suzano são de origem rural, apesar de muitas nunca terem trabalhado na roça elas presenciaram de perto esse estilo de vida durante a infância com seus pais e ou colaboravam com seus esposos na fase adulta com essa atividade, mesmo que de forma mais limitada.

São mulheres que possuem mais de 35 anos de idade, todas são mães e com a vinda da fábrica tiveram a suas vidas modificadas. A importância do trabalho para essas mulheres vai além das questões financeiras, trata-se de uma maior autonomia e possibilidade de pensar e realizar um futuro que muitas nem se quer almejavam.

Durante nossas conversas todas as mulheres apontaram a construção de suas casas como sendo a principal mudança sentida, para elas não era apenas uma casa, mas um novo estilo de vida, sair da uma casa feita de barro e passar a ter uma casa construída é trazer uma maior dignidade para a vida dessas mulheres. Ter um banheiro dentro de casa, uma casa com mobílias que sempre desejaram e até mesmo o acesso a bens de transporte como moto e carro são coisas que causam grande felicidade em suas vidas.

Na figura 9, podemos observar a casa de dona Paula, juntamente com seus transportes carro e moto, tudo conquistado a partir do momento que conseguiu seu trabalho na fábrica. Para Paula, tais bens são sinônimos de realização, pois, por meio do trabalho ela obteve a oportunidade de ter acesso a coisas que ela sempre quis.

Figura 9: Casa de dona Paula

²¹ No momento a equipe está com 8 pessoas visto que Simone que antes era a chefe da equipe não continuou trabalhando na fábrica. quem assumiu seu cargo foi Deusa, sua irmã com quem conversamos algumas vezes. (Informações obtidas no dia 11 de novembro de 2019)



Fonte: Autora (2019)

Além disso, o acesso ao próprio dinheiro permitiu a essas mulheres a liberdade de consumir coisas simples, como sapatos, roupas, maquiagens, sem ter a necessidade de pedir aos seus esposos o que para elas era algo constrangedor, além de terem acesso a crédito, financiamentos e empréstimos.

O fato de terem sua própria renda permitiu que pudessem matricular seus filhos em cursos técnicos e com a compra dos transportes seu deslocamento para a cidade e outros povoados ficou facilitado. As mudanças não se limitam a essas questões mais palpáveis seu modo de pensar também foi alterado como pode ser observado pelo relato de Paula:

A gente pensa no melhor, que a gente quer adquirir pra na frente estudar, colocar os filho da gente para estudar... como a gente convive muito com engenheiro, esse povo assim, o plano da gente é ter um filho da gente algum dia chegar a ser um engenheiro, um executivo, que lá tem bastante! (Paula, entrevistada dia 23 de maio de 2019).

Por meio do trabalho Paula relata que sua vida não mudou apenas financeiramente, mas seu modo de pensar foi alterado, passando a ter uma visão diferente sobre o mundo e o trabalho, para ela então o estudo torna-se algo muito importante por ser a ponte que poderá levar um dia seus filhos a exercerem profissões de mais prestígio como a

engenharia.

Deste modo, somos capazes de compreender a grande dimensão que o trabalho atinge na vida dessas mulheres, não estamos falando apenas da possibilidade de comprar sem ter que pedir dinheiro aos seus companheiros, mas a probabilidade de ter novas perspectivas, ter acesso a escolhas que anteriormente nem se quer imaginavam. O trabalho torna-se uma porta de entrada para um novo mundo de escolhas e alternativas. Conseguir construir a casa, matricular o filho em um curso, acreditar na possibilidade de uma elevação do estilo de vida são coisas que vão muito além do financeiro, são questões que englobam o social dessas mulheres.

O trabalho portanto, é a chave para sua liberdade, autonomia e novas escolhas, tornam-se donas de si e responsáveis pela manutenção de suas famílias e sustento de seus filhos, mesmo quando seus esposos ganham mais que elas, conseguem sentir-se seguras, mais estáveis e isso gera uma sensação de confiança, como consequência, como nos foi relatado por elas, melhora até as suas relações conjugais.

Quando falamos de autonomia, estamos nos referindo de forma simples a capacidade de se manter, se sustentar, viver pelos próprios meios, assim, quando dizemos que as mulheres passaram a ter autonomia por meio do trabalho temos que pensar isso de duas formas. 1º “Aptidão ou competência para gerir sua própria vida, valendo-se de seus próprios meios, vontades e/ou princípios.”²² Quando uma mulher passa a realizar os trabalhos produtivos e por consequência receber seu próprio salário ela passa a ter a possibilidade de gerir a própria vida. No entanto, aí vem o 2º ponto, apesar da mulher ter adentrado na esfera produtiva ela ainda se ver obrigada a realizar os serviços da esfera reprodutiva, por isso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não traz uma autonomia total, apenas uma autonomia relativa, pois o sistema capitalismo e o modo de produção dominante não permite que tal mulher se desvincule de uma esfera em detrimento da outra.

Essas ideias podem ser comprovadas com a observação das falas das mulheres trabalhadoras do povoado Matança, apesar de estarem realizando o serviço na fábrica muitas vezes com a mesma função de seus esposos as atividades domésticas ainda sobrecarregam sobre elas. Rodriguez (2019), nos traz à tona essa questão de forma mais direta:

Há mais de uma década que refletimos sobre a autonomia econômica das mulheres e já comprovamos que ela não está determinada somente pela inserção das mulheres nos processos microeconômicos, mas, sobretudo, pelos impactos das políticas macroeconômicas sobre sua inserção na sociedade. Nesse sentido, sabemos que essa autonomia econômica depende da contribuição das mulheres à criação de riquezas a

²² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autonomia/> acesso em: 25 de junho de 2019.

partir de sua inserção no mercado de trabalho, por meio do chamado trabalho produtivo, ainda que, ao mesmo tempo, do invisível trabalho reprodutivo realizado no âmbito doméstico. (RODRIGUEZ, 2019, p.31).

Se por um lado, elas agora se veem capazes de gerir seus gastos e planejar um futuro para elas e seus filhos, por outro, ainda permanece a mesma forma de divisão de trabalho dentro de suas casas. A inserção das mulheres no mercado de trabalho sem uma mudança real nessas outras formas de divisão de trabalho, em especial com a valorização dos serviços invisíveis realizados na esfera privada deixa as mulheres a mercê de uma triste realidade a qual sempre as mantém como subalternas em relação aos homens, tudo isso, é claro, deve-se a lógica capitalista de produção que reproduz ao máximo essa forma de divisão como forma de manter um grande exercito reserva com baixo custo e uma mão de obra invisibilizada dentro do lar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da construção do trabalho ter contato com pesquisas que abordam a temática de gênero e trabalho foi de suma importância para o aumento do conhecimento sobre a história de luta das mulheres. Ser mulher em uma sociedade machista e patriarcal em que as questões de gênero ainda necessitam de discursões é algo muito difícil. Por mais que tenhamos a consciência que muitas conquistas foram alcançadas perceber que a dupla jornada de trabalho, por exemplo, ainda faz parte dos problemas é algo que merece ser pensado.

No entanto, é importante manter em mente constantemente que os problemas vividos pelas mulheres não possuem sua gênese simplesmente no sexo masculino, mas que isso se deve a uma utilização do capitalismo em explorar o máximo possível todos os trabalhadores e nesse caso as trabalhadoras são as que acabam sendo mais prejudicadas.

Existe uma pirâmide da desvalorização e nela as mulheres, e vale ressaltar, as mulheres pretas, são as mais prejudicadas, elas ocupam os cargos mais baixos, recebem os menores salários e, por conseguinte, estão na lista das que mais passam necessidade ou vivem na miséria. Esse fato não pode ser ignorado, por mais que tenhamos muitas mulheres no mercado de trabalho a desigualdade racial e social é um dado preocupante.

Outro ponto que deve ser exposto é a necessidade da quebra do machismo, pois, somente por meio do seu fim será possível a construção de uma sociedade igualitária, a partir do momento que homens e mulheres passarem a ser encarados como iguais nos direitos ao trabalho e principalmente responsáveis de forma equivalente pelos afazeres domésticos teremos reduzido um pouco desse problema social.

Como já mencionado, o problema vai além das questões de gênero, o racismo é um grande contribuidor para as divergências sociais presenciadas em nosso país, assim, mais do que simplesmente acabar com o machismo a luta também é pelo fim do racismo, afinal, quando falamos do trabalho doméstico como sendo responsável pela sobrecarga das mulheres não podemos esquecer que em muitas casas enquanto a dona da casa, uma mulher branca, sai para seu trabalho outra em sua grande maioria negra, fica realizando aquele serviço doméstico.

Através dos relatos obtidos por meio das conversas informais e entrevistas foi possível ter uma visão sobre o quanto o trabalho é algo que modifica a vida das mulheres e causa uma autonomia em suas vidas. Além disso, é importante frisar o quanto que o lar é apontado como sendo algo de grande importância no processo de dignidade dessas mulheres.

Desse modo, somos levamos a reconhecer o papel que o trabalho exerce na vida das mulheres, o quanto que a renda é capaz de modificar o modo de pensar e agir de uma família. A chegada da Suzano Papel e Celulose na região pode ser vista então de vários aspectos, o ecológico, o social, o econômico e outros, mas para as mulheres do Povoado São José da Matança a sua chegada é vista como sinônimo de oportunidade, mudança de vida e autonomia.

Infelizmente, como foi constatado o número de mulheres que tiveram essa oportunidade de trabalho é muito pequeno, quando pensamos no tanto de famílias que ocupam a Estrada do Arroz ou simplesmente nas 100 famílias do Povoado Matança percebemos que a luta por uma qualidade de vida não é fácil, nem todos conseguem ter essa oportunidade o que faz com que muitos ainda vivam de forma precária.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 9 – 53.
- CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe. in. **Família, divisão sexual do trabalho e reprodução social**. São Paulo, Cortez, 2014, p. 80 – 93.
- CONTE, Isaura Isabel. Mulheres Camponesas, e, Feministas. Rev. **Espaço da Sophia**, nº 15, men. ano 2. Jun,2008,
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3º ed. São Paulo: Expressão popular, 2012, p. 17-108.
- FRANCO GARCÍA, M. **A luta pela terra sob o enfoque de gênero**: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008. p. 127-137.
- FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005. p. 90-9
- GAMA, Andreia de Sousa. O conflito trabalho e vida familiar na produção/ reprodução social capitalista. In **Trabalho família e gênero**. São Paulo, Cortez, 2014, p. 17 – 67.
- HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual de trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007, p. 595-609.
- KERGOAT, Daniela. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. in Dicionário crítico do feminismo, 2009, p. 67-75.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, **8**(1): 25-70, maio de 1996.
- MEDEIROS, LeonildeServolo de. Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil. **Assentamentos rurais e gênero: Temas de reflexão e pesquisa**. Organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea ButtoZarzar. Brasília: MDA, 2008.
- NOGUEIRA, Alexandre P.F. As Políticas de Desenvolvimento Hegemônico como base para a Reestruturação Produtiva na Estrada do Arroz, Imperatriz-MA. Anais eletrônico do XIII Enanpege. São Paulo, 2019.
- PEREIRA, Viviane Guimaraes; REIS, Liana Sisi dos; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. Abordagem sobre os processos sucessórios do campesinato a partir das relações de gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa**, v.3, n.2, p.88-97, ago./dez. 2012.

PINHEIRO, Luana Simões. Et al., Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014, IPEA, **Nota técnica**, nº 24, 2016, p. 3-28. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf

RODRIGUEZ, Graciela. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. In: **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília, Secretária de políticas para as mulheres, 2019, p. 31-40.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTANA, Mônica Cristina Silva. Muito Trabalho, Pouco Poder: Participação Feminina Mitigada Nos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe. In: GROSSI, Miriam Pilar. ; SCHWADE, Elisete. (Org.) **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra. p. 47 – 68, 2006.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto grande carajás-PGC e algumas consequência regionais. Congresso internacional de história, 2009, p.921-932.

SANTOS, Taysa Silva. **A condição feminina**: A dupla jornada de trabalho. III Simpósio Mineiro de assistentes sociais. BH. CRESS, 2012, p. 1-9.

SILVA, Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. O novo rural brasileiro. Oficina de atualização temática. Ocupações rurais não-agrícolas, p. 165-173.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova economia**. Belo Horizonte, 1997, p. 1-28.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil, 1988.

TEDESCHI, L. A. Mulheres e a sociedade agrária: Representações sociais e relações de gênero. In: **Revista de História** [26], João Pessoa, jan./jun. 2012.

SITES CONSULTADOS

<http://www.arqueologia-iab.com.br/portfolios/view/259>

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/a-reestruturacao-produtiva-e-o-trabalho-das-mulheres-uma-analise-critica.pdf>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_de_vida/indicadores_minimos/sintese_indicadores_sociais_2014/default.shtm

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfil_maes/defaulttab.shtm

<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/mulheres-em-movimento/2018/05/01/NWS,66975,70,1055,NOTICIAS,2190-TRABALHO-REMUNERADO-ESSENCIAL-PARA-AMPLIAR-AUTONOMIA-DAS-MULHERES.aspx>